



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

TRANSCRIÇÃO *IPSIS VERBIS*

CPI - CRISE DO SISTEMA DE TRÁFEGO AÉREO		
EVENTO: Reunião Ordinária	Nº: 0657/07	DATA: 23/5/2007
INÍCIO: 12h34min	TÉRMINO: 15h04min	DURAÇÃO: 2h30min
TEMPO DE GRAVAÇÃO: 2h29min	PÁGINAS: 74	QUARTOS: 30

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO

SUMÁRIO: Apreciação de requerimentos constantes da pauta.

OBSERVAÇÕES

Há orador não identificado.  
Houve intervenções fora do microfone. Inaudíveis.  
Houve intervenções simultâneas ininteligíveis.  
Há expressões ininteligíveis.



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcelo Castro) - Havendo número regimental, declaro aberta a 8ª Reunião Ordinária da Comissão Parlamentar de Inquérito, para investigar as causas, conseqüências e responsáveis pela crise do sistema de tráfego aéreo brasileiro, desencadeada após o acidente aéreo ocorrido no dia 29 de setembro de 2006, envolvendo um Boeing 737-800 da Gol, voo nº 1907, e um jato Legacy, da American ExcelAire, com mais de uma centena de vítimas.

Ata.

Encontram-se sobre as bancadas...

**O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA** - Solicito a dispensa da leitura da ata, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcelo Castro) - Dispensada a leitura da ata a pedido do nobre Deputado Eduardo Cunha.

Em discussão a ata. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discuti-la, em votação.

Os Srs. Deputados que a aprovam permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovada a ata.

Não havendo requerimentos, vamos, então, à Ordem do Dia. Antes, porém, eu gostaria de dar umas pequenas explicações e, depois, propor aqui uns procedimentos. A explicação é que, no requerimento aqui, eu procurei colocar na pauta aqueles requerimentos de informações, em primeiro lugar. Então, isso aí vai até o item 34. Praticamente nós esgotamos todos os requerimentos de informações que haviam chegado à Mesa, com algumas exceções. Depois, os requerimentos de diligência, que são 2; depois, os requerimentos de requisição de funcionários, que são 2, e depois os requerimentos de convocação, que são 19.

Então, eu gostaria de pedir a V.Exas. que a gente fizesse aquele ritmo da primeira reunião da quarta-feira, em que nós votamos os requerimentos de informações em conjunto, em bloco. Quer dizer, se V.Exas. aceitarem a minha proposta, nós votaremos os 34 primeiros itens da pauta de uma vez só, e aí, depois, nós teremos que ir um a um. Para falar o que está estabelecido aqui: que 2 encaminharão a favor e 2 encaminharão contra. Um, o primeiro, como autor do



requerimento, e o quarto sendo o Relator. E os outros 2 intermediários, cada um por cinco minutos. Qual o problema que está havendo?

*(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcelo Castro) - Marquei para que todos tenham 5 minutos. Não vai ter problema. Ela estava levantando a questão para ouvir a testemunha, que o autor tem direito a 15 minutos, e os outros só têm direito a 10 minutos. Mas aqui, não. Aqui todos são iguais; todos têm direito a 5 minutos.

Então, é o que eu havia pensado em propor a V.Exas. Se não tiver nenhum questionamento, poderemos, então, entrar na Ordem do Dia.

**A SRA. DEPUTADA LUCIANA GENRO** - Sr. Presidente...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcelo Castro) - Pois não, Deputada Luciana Genro.

**A SRA. DEPUTADA LUCIANA GENRO** - Primeiro só um registro, que eu não estou apresentando nenhum requerimento extrapauta. Entretanto, acho que há vários requerimentos importantes que ficaram de fora, no que diz respeito a informações e a depoimentos. Entretanto, não quero obstruir os trabalhos e, portanto, vou deixar que a pauta corra da forma como V.Exa. decidiu.

Eu queria apenas ponderar o seguinte. Há vários requerimentos de depoimentos aqui que foram também por mim e pelo Deputado Ivan Valente protocolados ontem à tarde, antes de encerrar a sessão. E protocolamos esses requerimentos, que já haviam sido protocolados por outros Deputados, por uma única razão: nós consideramos extremamente injusto o que vem acontecendo quando, ao chegar aqui, cedo da manhã, nós nos inscrevemos e, em alguns momentos, inclusive como ocorreu na semana passada, não conseguimos falar, porque os autores dos requerimentos têm a prioridade e o tempo privilegiado e não precisam sequer chegar cedo para se inscrever porque já têm essa inscrição prévia.

Então nós fizemos esse protocolo de requerimentos de depoimentos iguais a outros com esse objetivo, de sermos também autores de requerimento para podermos exercer o nosso legítimo direito de questionar os depoentes.

Questiono V.Exa. se esses requerimentos que V.Exa. escolheu para serem aprovados hoje, estão excluídos vários dos nossos, como é o caso, enfim, posso



citar qualquer um aqui, que nós também protocolamos ontem à tarde o mesmo pedido, com o objetivo de sermos autores.

Por outro lado...

**O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA** - Sr. Presidente, eu queria depois, em socorro...

**A SRA. DEPUTADA LUCIANA GENRO** - Só me permita-me concluir, Deputado.

Por outro lado, a sua assessoria me informa que regimentalmente não há privilégio para autores de requerimento. Então quero pedir para V.Exa. que ou respeite a nossa proposta igual a dos demais e também a inclua na pauta para que nós também sejamos autores do requerimento, ou acabe com esse privilégio aos autores e dê condições iguais para que todos disputem a palavra, chegando cedo e se inscrevendo.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcelo Castro) - Perfeito.

**O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA** - Sr. Presidente, em socorro e até como complementação ao que a Deputada Luciana está falando, eu acho que realmente tem algumas coisas que talvez nós precisamos debater, e V.Exa. criar um procedimento. Por exemplo, nos 2 depoentes de ontem, eu era autor de requerimento também, mas, quando houve apreciação da votação, o meu requerimento não foi apreciado, e eu não fui considerado autor e também não o questionei sobre isso.

Mas, se a gente for criar uma prática — e o Deputado Gustavo Fruet já tinha levantado isso aqui na sessão passada, e ele estava coberto de razão —, todo mundo vai querer ser autor de requerimento para poder falar. Então, seria melhor que V.Exa. estabelecesse um princípio de que apenas 1 autor de requerimento, talvez o que entrou primeiro, fosse considerado como autor, e os demais que fossem pela ordem, e a gente acabaria com esse problema para evitar uma enxurrada de requerimentos iguais, e com isso também evitar uma enxurrada de inscrições como autor de requerimento. Isso já foi levantado pelo Deputado Gustavo Fruet com muita sabedoria na sessão passada. E esse procedimento eu passei ontem.

Também queria dizer a V.Exa. que ontem protocolei muitos requerimentos de oitivas — até havia falado com V.Exa. —, mas, infelizmente, não foram incluídos na



pauta. Também não vou apresentar extrapauta, até pelo princípio de que falei semana passada de que não iríamos apoiar nenhum extrapauta — não posso querer apoiar os meus e não apoiar os dos outros. Então, peço a V.Exa. que, na medida da avaliação que esteja no foco, que inclua na próxima sessão.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcelo Castro) - Vou tentar responder à Deputada Luciana Genro e ao Deputado Eduardo Cunha.

Na verdade, ontem à noite, quando terminou a sessão, 10h da noite, o Marcos me chamou: “Deputado, o que nós vamos incluir mais na pauta?” Porque a pauta nós já havíamos feito anteriormente. Então, ele: “Olha, eu tenho alguns compromissos”. Aí fomos nos lembrando: “Vic Pires Franco pediu não sei o que lá, e eu concordei; Ivan Valente pediu não sei o que lá, e eu concordei. E, na verdade, eu me esqueci de incluir o requerimento do Deputado Eduardo Cunha, que eu havia me comprometido e que me penitencio aqui de público. Foi um lapso de memória, dada a circunstância, depois de 10h da noite, o dia todo aqui trabalhando. O secretário me abordou e eu me esqueci do compromisso que havia feito.

O questionamento da Deputada Luciana Genro, que entrou ontem à tarde com vários requerimentos, evidentemente — a gente pode deduzir — com a intenção de ser também autora do requerimento para, na hora de interrogar, ter direito a 15 minutos e não precisar entrar na fila, chegar cedo para poder fazer a sua inscrição.

Então, foi um procedimento que havíamos acertado aqui anteriormente e que, com o evoluir da CPI, nós todos estamos chegando à conclusão de que esse procedimento não é correto. Porque a pessoa vai apresentar um requerimento, só um requerimento que já tem, só para poder ser autor também para usufruir desse privilégio.

Então, o Deputado Eduardo Cunha está fazendo uma proposta concreta que eu acho bastante plausível. Que seria: o primeiro autor do requerimento tem então o privilégio de não precisar se inscrever na lista e de falar por 15 minutos. E os outros autores dos demais requerimentos, que poderiam ser de 2 ao infinito, não teriam mais esse privilégio e cairiam na vala comum de todos e teriam o tempo de 10 minutos apenas, como os demais.



O que eu quero aqui? O que eu quero sempre nesta comissão é estabelecer regras gerais acordadas por todos para podermos conduzir bem os trabalhos. Se todos concordarem, a partir de agora, assim, está valendo.

Então coloco em discussão a proposta do Deputado Eduardo Cunha. Repetindo: o autor do primeiro requerimento aprovado tem o direito de não entrar na fila e de interrogar o depoente por 15 minutos. Os demais não têm esse privilégio. Os demais serão entendidos como os outros Parlamentares que não fizeram o requerimento e terão o tempo apenas de 10 minutos.

**O SR. DEPUTADO VIC PIRES FRANCO** - Sr. Presidente...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcelo Castro) - Com a palavra o Deputado Vic Pires Franco.

**O SR. DEPUTADO VIC PIRES FRANCO** - Sr. Presidente, apenas para contribuir. Não sei se o nosso Relator iria aceitar, mas acho até que iria contribuir com os trabalhos. Eu acho que o Relator tem todo o direito de ter muito mais tempo do que nós, é claro. Mas acho que ele poderia também falar por um tempo menor, mas, em compensação, ele poderia, durante os depoimentos, durante as nossas perguntas, ele poderia intervir a qualquer momento para tirar as dúvidas dele, que seria uma coisa que enriquece muito mais.

*(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)*

**O SR. DEPUTADO VIC PIRES FRANCO** - Ele já faz, mas ele poderia fazer... Ao invés de ele ficar com 1 hora de tempo fazendo perguntas, ele ficaria com 20 minutos, e o restante desse tempo ele poderia, por exemplo, durante as minhas perguntas, ele entra, pergunta, vai tirando as dúvidas, porque isso vai tirar o tempo.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcelo Castro) - Não vamos misturar as 2 coisas.

**O SR. DEPUTADO VIC PIRES FRANCO** - Não, mas é a mesma coisa. Estamos discutindo aqui.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcelo Castro) - Não.

**O SR. DEPUTADO MARCO MAIA** - Uma coisa é uma coisa; outra coisa é outra coisa.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcelo Castro) - Vamos resolver logo isso.

*(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)*



**O SR. DEPUTADO BETO MANSUR** - Sr. Presidente...

**O SR. DEPUTADO VIC PIRES FRANCO** - Mas vai agilizar os trabalhos.

**O SR. DEPUTADO BETO MANSUR** - Sr. Presidente, eu teria uma outra proposta, até em cima da proposta do Deputado Vic.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcelo Castro) - Por favor, o Deputado José Carlos Araújo havia pedido a palavra primeiro. Vamos nos cingir só à proposta. O que está em discussão: a proposta do Deputado Eduardo Cunha. Que só teria o privilégio de falar por 15 minutos e não precisaria chegar cedo para assinar a lista de interogação, que fosse interogador o depoente, o autor do primeiro requerimento. Então, se foram aprovados os requerimentos de nº 100, o de nº 130, o de nº 140 e o de nº 150 convocando uma determinada pessoa, só o autor de nº 100 teria o direito de interogador essa pessoa por 15 minutos.

**A SRA. DEPUTADA LUCIANA GENRO** - Se são 2 autores, dividem o tempo?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcelo Castro) - Se forem 2 autores, os 2 escolhem 1 para falar, ou os 2 falam, mas dentro daquele prazo de 15 minutos — não tem problema.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO** - Pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcelo Castro) - Com a palavra o Deputado José Carlos Araújo.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO** - Sr. Presidente, V.Exa. já me respondeu quase que a pergunta que eu ia fazer. Quero saber o seguinte: a sistemática que o Deputado Eduardo Cunha colocou é muito clara para evitar que Parlamentares, para terem o privilégio de falar, entrem com requerimento igual ao que já existe. Mas, se os requerimentos são feitos no mesmo dia e dão entrada no mesmo dia, fica difícil saber qual foi o primeiro ou o segundo a chegar.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcelo Castro) - Tem o horário de chegada.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO** - Entendi, Presidente, pelo horário. Porque esse expediente, nesse caso não existe, porque ninguém pode adivinhar que o outro está fazendo requerimento. Mas V.Exa. colocou muito bem quando diz: quando houver mais de um requerimento, o tempo será dividido entre os 2...



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcelo Castro) - Não. Quando houver mais de 1 autor de requerimento, eles poderão se entender. Digamos que tenha 5 autores de um requerimento só. Pode falar 1 pelos 5, podem falar os 5 pelos 5, podem falar 2 pelos 5 — o problema é deles, contanto que utilizem o tempo de 15 minutos. Eles que fizeram o requerimento em conjunto, eles que decidam como fazer.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO** - Isso vale para os requerimentos que já estão aqui na pauta ou é daqui para a frente? De hoje em diante?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcelo Castro) - Vale o que vamos aprovar hoje.

**O SR. DEPUTADO BETO MANSUR** - Vale o que está aí, porque... Tem quantos requerimentos aí, Presidente? Questão de ordem: quantos requerimentos temos, Sr. Presidente?

**O SR. DEPUTADO VIC PIRES FRANCO** - Sr. Presidente, pela ordem. Se o senhor obedecer ao Regimento...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcelo Castro) - Já tem 326 requerimentos.

**O SR. DEPUTADO BETO MANSUR** - Trezentos requerimentos; tem que valer para o que já está apresentado.

**O SR. DEPUTADO VIC PIRES FRANCO** - Sr. Presidente, questão de ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcelo Castro) - Deputado José Carlos Araújo.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO** - O.k., Presidente. Estou satisfeito. Eu concordo com a proposta do Deputado Eduardo Cunha.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcelo Castro) - Deputado Vic Pires, agora é o Deputado Eduardo Cunha.

**O SR. DEPUTADO VIC PIRES FRANCO** - Sr. Presidente, é só uma questão de ordem ao requerimento. No art. 159: *“quando ocorrer a apresentação de mais de um requerimento, o Presidente regulará a preferência pela ordem de apresentação ou, se simultâneos, pela maior importância das matérias a que se reportarem”*. Aí fica pelo Regimento.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcelo Castro) - É isso mesmo.

**O SR. DEPUTADO ANDRÉ VARGAS** - Sr. Presidente, siga as inscrições.



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcelo Castro) - Deputado Vanderlei Macris.

**O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS** - Sr. Presidente, V.Exa. tem sido um regimentalista e diz que só colocaria em debate questões que, na verdade, fossem consensuadas. Eu queria discordar da proposta. Com o maior respeito que tenho ao Deputado Eduardo Cunha, eu acho que deve ser mantido o Regimento da maneira como está e ponto final. E a gente dá segmento a nossa proposta.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcelo Castro) - Nós tínhamos acordado que os autores dos requerimentos, Deputado Macris, teriam privilégio de falar e não precisariam chegar cedo para se inscrever na lista de fala. Então, isso foi o que nós acordamos. Mas a que conclusão nós estamos chegando? Tem 10 autores de requerimento, esses não precisam chegar cedo, não se inscrevem, e são os primeiros a falar. Por 15 minutos cada um, se forem 8, já são 2 horas. Então, outra pessoa não vai falar. Aí nós estamos chegando à reclamação da Deputada Luciana Genro e do Deputado Eduardo Cunha de que esse sistema não é prático; embora pareça justo, porque nós já fizemos isso, mas ele não é prático. Por quê? Porque as pessoas agora estão apresentando requerimentos...

**O SR. DEPUTADO ANDRÉ VARGAS** - Que já estão apresentados na pauta para poderem falar.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcelo Castro) - ...que já estão apresentados, sem nenhuma necessidade, só para terem o direito de falar.

**O SR. DEPUTADO BETO MANSUR** - Vai gerar anomalia nesse negócio.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcelo Castro) - Já gerou uma anomalia.

**O SR. DEPUTADO BETO MANSUR** - Sr. Presidente. ..

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcelo Castro) - Deputado Beto Mansur.

**O SR. DEPUTADO BETO MANSUR** - Rapidamente, Presidente. Eu particularmente concordo com a proposta do Cunha. Acho que é correto, senão a gente acaba gerando anomalia. Logicamente, companheiros nossos vão estar apresentando requerimentos iguais aos que já foram aprovados, exatamente para que a gente possa também entrar nesse período de 15 minutos. Eu só queria referendar o que o Vic Pires comentou. É lógico que o nosso Relator tem todo o direito e o tempo que quiser, pelo Regimento.



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcelo Castro) - Não, mas não vamos discutir isso, não.

**O SR. DEPUTADO BETO MANSUR** - Não, rapidamente, Presidente. Faria a seguinte proposta, rápido.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcelo Castro) - Não, vamos resolver logo essa aqui, se não nós não resolvemos nada.

**O SR. DEPUTADO ANDRÉ VARGAS** - Beto, vamos resolver essa questão primeiro.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcelo Castro) - Vamos resolver esta que esta posta.. .

**O SR. DEPUTADO ANDRÉ VARGAS** - Senão nós vamos misturar as 2.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcelo Castro) - Senão vamos misturar. Aí um quer de um jeito e o outro quer do outro. Aí o outro já quer dar outra sugestão...

**O SR. DEPUTADO BETO MANSUR** - Tudo bem, mas podemos fazer uma outra proposta com relação a essa questão do nosso Relator.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcelo Castro) - Vai chegar. Eu vou botar em votação.

**O SR. DEPUTADO BETO MANSUR** - Tá bom, O.k.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcelo Castro) - Deputado Gustavo Fruet.

**O SR. DEPUTADO GUSTAVO FRUET** - Obrigado, Presidente.

Três observações. A primeira: sempre que a gente compara com uma CPI é complicado. Eu não gosto muito de usar essa expressão “experiência”, porque a gente vai criando certos dogmas e entende que aquilo tem que ser permanente para todas as comissões. Mas, agradecendo até a lembrança que o Deputado Eduardo Cunha fez, quando fez aquela ressalva, foi antes do volume de requerimentos, porque era previsível que iria acontecer isso. E quando nós pensamos na elaboração da pauta — e aqui eu falo com todo o respeito a V.Exa. —, mas ontem nós conversamos e entendemos o critério, e até para ajudar hoje nós não apresentamos nenhum requerimento extrapauta... Para concordar — até queria destacar isso, Presidente —, se votar em bloco o pedido de informação, nós não vamos nem fazer a defesa e, nos pedidos de convocação, abrimos mão também de



fazer qualquer argumentação, só se houver alguma dúvida, para ajudar a andar a pauta.

Mas representando também o setor da Oposição e da Minoria, no momento em que nós temos uma pauta em que, majoritariamente, os requerimentos não atenderam a uma parte dos requerimentos da Oposição, o que sugiro como alternativa? Até agora, mantido o Regimento e mantida a regra, que eu entendi que foi inadequada, mas que foi estabelecida, de que todos os atores se manifestem, até para que não haja nenhum prejuízo.

A Deputada Luciana Genro explicou bem que muitos requerimentos ela apresentou junto com o Deputado Ivan Valente em função do critério que foi estabelecido. Então, nós temos uma pauta, e essa pauta foi feita dentro dessa regra. Então, como alternativa, o que proponho? Que se mantenha até a votação de hoje a regra estabelecida, ou seja, infelizmente ou felizmente, quando dos depoimentos, todos os autores falarão, independente da ordem de inscrição. E a partir de hoje, os novos requerimentos que entrarem, daí se estabeleça...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcelo Castro) - Espere aí.

**O SR. DEPUTADO GUSTAVO FRUET** - Eu estou colocando só como observação só para...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcelo Castro) - Só para esclarecer V.Exa.: nós temos 53 requerimentos aprovados. Estamos propondo aqui mais 19 de convocação. Então, isso aí já empurra a CPI para muitos meses. Se nós mantivermos essa regra, nós vamos passar muitos meses aqui, e só vão falar os autores de requerimento.

**O SR. DEPUTADO GUSTAVO FRUET** - Bom, e a segunda observação, mas foi a regra que foi estabelecida, Presidente, e eu questioneei, eu fiz o alerta.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcelo Castro) - Pois é, isso é que nós estamos propondo...

**O SR. DEPUTADO GUSTAVO FRUET** - Pois é, mas daí nós vamos estar gerando um outro desequilíbrio.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcelo Castro) - Para mim, é indiferente. Eu só quero é chegar a um acordo com todos, entendendo que a regra valha para todos.



**O SR. DEPUTADO GUSTAVO FRUET** - Mas é uma terceira observação que pode ajudar. Nós concordamos em votar todos os requerimentos de convocação, apesar de poder questionar alguns. O que nós podemos estabelecer é o seguinte: aprovam-se todos os requerimentos, e depois V.Exa., com o Relator e com os autores, verifica do agendamento e, se for o caso de agendar — até porque, pelo volume, seria impossível cumprir isso no prazo da CPI —...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcelo Castro) - É verdade.

**O SR. DEPUTADO GUSTAVO FRUET** - ...estabelece grupos em audiências públicas, evidentemente, com a presença, se possível, do Relator mas, necessariamente, com o autor do requerimento, para que possamos, simultaneamente, dependendo de alguns casos, realizar essas audiências. Porque esses nomes, se forem aprovados todos, tomarão todo o prazo da CPI nessa formatação.

Então, a sugestão objetiva: votamos todos. Se não houver consenso aqui, não precisa haver essa definição, mas vamos trabalhar com esse cenário de que foi mudada a regra, e muitos apresentaram requerimento diante dessa nova regra. E, tendo em vista a pauta que foi estabelecida, se for mantido só um autor, é evidente que a Oposição não estará contemplada em praticamente nenhum desses requerimentos — os requerimentos foram apresentados como alternativa até de legítima defesa. E a partir de agora se estabelece que será dada prioridade ao primeiro autor do requerimento, até porque ninguém vai saber quem entrou com o requerimento — só após a publicação na pauta —, e se procure estabelecer vários depoimentos simultâneos, porque será impossível cumprir essa pauta dentro do prazo, com essa formatação de 2 audiências terça-feira e 2 audiências quinta-feira.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcelo Castro) - Nobre Deputado Carlos William, com a palavra.

**O SR. DEPUTADO ANDRÉ VARGAS** - Sr. Presidente, eu já tinha me inscrito.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcelo Castro) - Ele havia pedido antes, o Deputado Carlos Willian. Pacientemente ele estava aguardando.

**O SR. DEPUTADO CARLOS WILLIAN** - Muito obrigado, Sr. Presidente. É fome. A fome faz com que a gente se acalme.



A proposta apresentada pelo Deputado Eduardo Cunha e encaminhada por V.Exa., eu acho que ela, além de ser razoável, ela é racional e mostra tanto a V.Exa., como Presidente, quanto ao Deputado Eduardo Cunha, como membro e Vice-Presidente do Relator, que realmente nós estamos querendo avançar nas investigações. E essa forma racional, que não pode ser mudada até 2 tempos...

O senhor me dá licença, Deputado? Pois é, mas... Pois não...

Então, eu acho que é totalmente racional, e nós não podemos determinar ou pontuar os requerimentos colocados até o presente momento e depois os requerimentos apresentados a partir daqui. Isso eu entendo que acaba com a farra dos 15 minutos. Porque, se não for aprovado dessa forma, e para eu não ter que chegar cedo para poder me inscrever, vou pegar todos os requerimentos e vou entrar com eles, porque aí eu fico também tendo condições de participar dentro de 15 minutos. Então, eu acho que essa forma é a mais razoável e racional para que nós possamos avançar no trabalho.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcelo Castro) - Sem dúvida, Deputado. Deputado André Vargas com a palavra.

**O SR. DEPUTADO ANDRÉ VARGAS** - Sr. Presidente, eu já tinha me inscrito antes e imaginei que o assunto estivesse se esgotando, mas, olhando, por exemplo, só esse requerimento aqui, essa lista de 19 requerimentos — José Carlos Araújo, do PR; Ivan Valente, PSOL; Vic Pires, DEM; Solange Amaral, DEM; Solange Amaral, DEM; Ivan Valente, PSOL; Eduardo Cunha, alguns requerimentos, 4 ou 5 requerimentos aqui, 6 requerimentos; mais Ivan Valente, e assim vai.

Então, na verdade, essa discussão de que haveria, em se decidindo na linha de V.Exa, que V.Exa. está encaminhando na proposta do Deputado Eduardo Cunha, que é racional, que estaria privilegiando o Governo em detrimento da Oposição, desproporcionalmente, isso de fato não ocorre. E mais do que isso: V.Exa. teria a prerrogativa de organizar a pauta e a preferência, e é isso que a proposta do Eduardo Cunha apresenta. Portanto, razoável... Senão, é exatamente isso: vai ser essa coisa modorrenta de ouvir depoimentos por 6 horas, 7 horas de conteúdo absolutamente técnico.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcelo Castro) - Muito bem, Deputado. Obrigado. Deputado Eduardo Valverde.



**O SR. DEPUTADO EDUARDO VALVERDE** - Presidente, eu sei que neste momento pedir racionalidade é difícil, mas vou tentar. Eu vou tentar, até porque, se todos nós estamos com o propósito de fazer investigação, obviamente tem que ter uma linha investigativa que foi traçada pelo Relator. Obviamente que tem muito requerimento aqui que não apontaria, ou há requerimento que tem uma sobreposição com relação a outros.

Eu teria uma proposta a ser avaliada, porque, se nós passarmos aqui para votar 400 requerimentos — porque, pelo que estou sentindo aqui, vão aparecer mais 200 —, vamos ficar aqui votando requerimento e fugindo um pouco da lógica do que foi traçado no começo.

Não sei se será possível, tentando um consenso aqui, o Relator, buscando, dentro daquilo que nós aprovamos, daquele eixo que nós aprovamos, apresentar uma proposta à luz dos requerimentos já aqui apresentados — aqueles requerimentos que poderiam ser a espinha dorsal da linha investigativa, e não importa que seja da Oposição, seja da Situação, mas que seja a espinha dorsal —, e a Comissão focar essa espinha dorsal. Poderíamos ser muito mais produtivos, tirar muito mais resultados e ganhar muito mais tempo do que, talvez, gastando tempo em ouvir testemunha e deixando de avaliar documento, de tirar conclusões sobre o acidente. Eu teria essa consideração a fazer aqui a V.Exa.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcelo Castro) - Então, Srs. Deputados, eu vou pôr em votação a proposta do Deputado Eduardo Cunha.

**O SR. DEPUTADO GUSTAVO FRUET** - Só um detalhe, Presidente. Vamos lembrar! Que fique claro, porque nós queremos ajudar. Quando foi feita essa sugestão, a Mesa não aceitou, a Mesa estabeleceu outro procedimento. Foi feito o alerta...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcelo Castro) - Não. A Mesa não, nós todos decidimos fazer desta maneira.

**O SR. DEPUTADO GUSTAVO FRUET** - Sr. Presidente, vamos lembrar, só para que não haja dúvida que a Oposição quer contribuir.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcelo Castro) - Claro.

**O SR. DEPUTADO GUSTAVO FRUET** - Daí, foi estabelecido que seriam todos os autores de requerimentos. Alertamos que, em função desta regra, todos os



Deputados iriam apresentar requerimentos. Em função do volume expressivo de requerimentos para se inscrever para o primeiro, deu margem a isso.

Então, nós concordamos com o retorno do que seria o bom senso, mas deixando registrado que isso provocou desequilíbrio. Não há problema em vir cedo, em fazer a inscrição. Até porque ontem...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcelo Castro) - Um desequilíbrio como?

**O SR. DEPUTADO GUSTAVO FRUET** - Por causa da elaboração da pauta, que nós concordamos para poder aprová-la. E entendemos que ontem V.Exa. estabeleceu um critério novo, que também auxilia a dirimir isso, que é o seguinte: suspender as sessões enquanto houver Ordem do Dia e, depois, retomar. Se este for o procedimento, dará tranquilidade para que todos que queiram falar possam se manifestar.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcelo Castro) - Bom, eu quero...

**O SR. DEPUTADO ANDRÉ VARGAS** - Eu quero defender a proposta, Sr. Presidente. Posso?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcelo Castro) - Pode, sim.

**O SR. DEPUTADO ANDRÉ VARGAS** - Nós somos Deputados de uma CPI, com poder delegado, portanto, pelos partidos, exatamente para avaliar e reavaliar permanentemente, sem prejuízo — e não há, não está em detrimento de ninguém, com eu disse.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcelo Castro) - Claro.

**O SR. DEPUTADO ANDRÉ VARGAS** - Então, eu acho razoável que se faça assim. E, mais do que isso, nós somos Deputados exatamente para avaliar e reavaliar. Isso é maturidade.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcelo Castro) - Sem dúvida.

Então, essa pauta que eu fiz, como a outra, é evidente que é passível de crítica. Como é que eu poderia imaginar fazer uma pauta, se eu tenho 234 requerimentos, vou escolher 50 ou 60, e todo mundo vai concordar com o que eu fiz? É claro que é passível de crítica. Como é que eu posso me justificar? Estabelecendo, dizendo quais foram os critérios que eu utilizei, como disse.



Então, por exemplo, a crítica que foi feita de que eu estaria pendendo para o lado dos requerimentos dos Deputados da base do Governo, o Deputado André Vargas já mostrou ali que não é a realidade.

**O SR. DEPUTADO GUSTAVO FRUET** - *(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcelo Castro) - Como?

**O SR. DEPUTADO GUSTAVO FRUET** - *(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)*

**O SR. DEPUTADO ANDRÉ VARGAS** - Não, Gustavo; convocação — 19 que eu disse.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcelo Castro) - Pois é de convocação.

**O SR. DEPUTADO ANDRÉ VARGAS** - A Oposição não tem 70% do Plenário.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcelo Castro) - Os requerimentos de informação, aí, é que não mereceriam crítica. Por quê? Porque eu coloquei todos, ou quase todos, à exceção daqueles que, a meu critério, eu acho que não são pertinentes ao objeto da CPI. Mesmo assim, não estão no lixo, estão relacionados, e nós podemos discuti-los mais à frente e até chegar à conclusão de que aquilo que nós não colocamos para votar hoje, poderemos colocar para votar amanhã.

**O SR. DEPUTADO ANDRÉ VARGAS** - Sr. Presidente, só para uma ilustração: de 19 requerimentos, 8 são da Oposição. Não poderia ser, de 19, 15 da Oposição. Não seria proporcional. De 19, 8 é uma proposição até razoável.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcelo Castro) - Na verdade, os requerimentos...

*(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)*

**O SR. DEPUTADO ANDRÉ VARGAS** - Não existe, mas aqui o argumento do Gustavo é esse.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcelo Castro) - Na verdade, os requerimentos entraram na pauta pela sua pertinência e pela sua coerência com o plano de trabalho, o roteiro de trabalho que foi apresentado pelo Relator, a meu critério, que naturalmente é passível de crítica e de erro. Afinal de contas, nós somos humanos.



**O SR. DEPUTADO LEONARDO QUINTÃO** - Sr. Presidente, eu gostaria...

**(Não identificado)** - Sr. Presidente, vamos avançar e deixar essa questão política para a hora do voto.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcelo Castro) - Tranquilo.

**O SR. DEPUTADO LEONARDO QUINTÃO** - A questão de requerimentos aqui é democracia e voto.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcelo Castro) - Em votação a proposta do Deputado Eduardo Cunha — repetindo: que já havia sido feita no passado remoto pelo Deputado Gustavo Fruet. Só terá o privilégio de não precisar se inscrever na lista e de arguir por 15 minutos o autor do primeiro requerimento.

Quem estiver de acordo permaneça com está. *(Pausa.)*

Aprovado.

**O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS** - Com as ressalvas que o Deputado Gustavo Fruet já apresentou, Sr. Presidente. Eu queria fazer coro à manifestação de S.Exa.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcelo Castro) - Perfeitamente.

Então, a partir de agora, toda testemunha que vier aqui será inquirida, em primeiro lugar, por um autor de requerimento, um só, por 15 minutos — que é o primeiro autor do requerimento —, e todos os demais terão que estar inscritos na lista, que será seguida rigorosamente.

**O SR. DEPUTADO CARLOS WILLIAN** - Sete e meia, aqui.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcelo Castro) - Feito isso, nós vamos agora <sup>a</sup>..

**O SR. DEPUTADO VIC PIRES FRANCO** - A minha outra sugestão.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcelo Castro) - Ah, sim.

**O SR. DEPUTADO BETO MANSUR** - Vamos falar do Relator, Presidente.

**O SR. DEPUTADO VIC PIRES FRANCO** - Quando eu digo que tem uma marcação comigo... É terrível.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcelo Castro) - Perdão.

Agora o Deputado Vic Pires Franco e Deputado Beto Mansur pedem para questionar esse problema do Relator.

**O SR. DEPUTADO MARCO MAIA** - Sr. Presidente, este Relator...



**O SR. DEPUTADO VIC PIRES FRANCO** - Não é marcação, por favor.

**O SR. DEPUTADO MARCO MAIA** - Que é isso, Deputado Vic Pires? Eu sei que V.Exa. tem todo o interesse em contribuir e ajudar, por conta até do bom andamento dos trabalhos...

**O SR. DEPUTADO VIC PIRES FRANCO** - Eu até acho — me permita, Relator —, que o senhor deveria falar por último, por quanto tempo quisesse. *(Risos.)*

**O SR. DEPUTADO DR. UBIALI** - Essa sugestão é minha; eu acho que está certo.

**O SR. DEPUTADO VIC PIRES FRANCO** - Por que estão rindo? Não entendi?

**O SR. DEPUTADO DR. UBIALI** - Uma vez que V.Exa. ouvisse todas as perguntas...

**O SR. DEPUTADO VIC PIRES FRANCO** - O senhor fica até de manhã, até a hora que quiser.

**O SR. DEPUTADO MARCO MAIA** - Eu quero expressar a V.Exas., mais uma vez, isto...

**O SR. DEPUTADO ANDRÉ VARGAS** - Ele tem alguma coisa contra os gaúchos.

**O SR. DEPUTADO MARCO MAIA** - ...de que este Relator levará em consideração as suas afirmações aqui, mas não abrirá mão do seu direito de inquirir, no início, pelo tempo que assim entender, e de fazer perguntas no meio, quando assim também entender, e de falar ao final, se também entender que deva questionar ainda no final.

Agora faremos isto com o bom senso de procurar não ocupar todo o tempo dos debates, propiciando que as Sras. e Srs. Deputados possam também falar. Agora, este Relator aqui, que terá a responsabilidade de escrever o relatório final, ou de propor a esta Comissão o relatório final para ser aprovado pelas Sras. e Srs. Deputados, não pode abrir mão de fazer os questionamentos e as afirmações que entender que devem ser feitas — muitas vezes, inclusive, chatas, porque não são aquelas que as Sras. e Srs. Deputados gostariam de ouvir ou sobre que gostariam de questionar, mas que, para manter a ordem, para poder organizar o relatório...



O relatório contará questões, muitas vezes, que não são aquelas que o Deputado gostaria que estivessem ali colocadas. Que o Deputado ou a Deputada às vezes quer fazer uma denúncia, quer trazer um tema novo, quer fazer um questionamento mais contundente sobre um determinado tema. Às vezes este Relator tem que fazer perguntas que não são aquelas que o próprio Relator gostaria de fazer. Eu às vezes eu quero sentar aí, do lado de lá, e fazer alguns questionamentos mais incisivos, mas tenho tido o cuidado de fazer questionamentos que, inclusive, possam ajudar no processo de organização do relatório, que terá que ser produzido por esta Comissão.

Então, eu quero levar em consideração as preocupações das Sras. e Srs. Deputados, mas, de antemão, quero dizer que não abro mão do direito...

**O SR. DEPUTADO VIC PIRES FRANCO** - Então, Sr. Presidente, eu retiro a minha proposta. Em homenagem e respeito ao nosso Relator, eu retiro a minha proposta e deixo ficar como está, esperando que ele fale um pouquinho menos, pouca coisa, já que nós temos o nosso controlador de voz aí.

**O SR. DEPUTADO BETO MANSUR** - Só a título de colaboração para o nosso Relator — lógico que está no Regimento e é da sua prerrogativa fazer as perguntas —, só a título de colaboração, para que o Relator eventualmente possa resumir um pouco as suas perguntas, depois dar uma rodada, ouvir os Parlamentares, porque muitas vezes os Parlamentares, com as suas perguntas, podem contribuir inclusive para o Relator poder fazer o seu questionamento final e fazer um resumo final. Acho só isso. Acho que é importante ouvir também a pergunta dos nossos companheiros.

**O SR. DEPUTADO MARCO MAIA** - Quero dizer que as perguntas que os Deputados fazem contribuem muito com o relatório.

**O SR. DEPUTADO CARLOS WILLIAN** - Sr. Presidente, para contradizer as propostas. O Regimento...

*(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)*

**O SR. DEPUTADO CARLOS WILLIAN** - O senhor falou até agora *(ininteligível)* mas continua a outra proposta.

Eu tenho que fazer uma defesa aqui do Relator, porque ele é o responsável por fazer o relatório. Às vezes nos sentimos esvaziados porque V.Exa. faz todas as



perguntas, e, na verdade, as perguntas para todas as testemunhas que têm aqui não são tantas, porque o fato é um e determinado. Nós nos sentimos esvaziados, mas esse é o Regimento; a responsabilidade em dar o relatório é de V.Exa.

**O SR. DEPUTADO MARCO MAIA** - Claro. Perfeito.

**O SR. DEPUTADO CARLOS WILLIAN** - Então, não adianta querer modificar a forma regimental para que seja mais participativa. A participação depende da capacidade de cada Deputado em fazer os requerimentos, em se inscrever mais cedo e em não usar formas artificiais contra o Regimento para participar mais da Comissão.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcelo Castro) - Perfeitamente. Vamos, então evoluir nos nossos trabalhos.

**O SR. DEPUTADO ANDRÉ VARGAS** - Deixe o Relator falar, minha gente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcelo Castro) - Na Ordem do Dia, vamos iniciar então a apreciação dos requerimentos.

Vou colocar em bloco, conjuntamente, os Requerimentos de Informação de nº 1 ao nº 34, do item 1 ao item 34 da pauta.

Para encaminhar os requerimentos. Não havendo quem queira encaminhá-los, coloco-os em votação.

Os Srs. Deputados que os aprovam, permaneçam como estão. *(Pausa.)*

Aprovados os Itens de 1 a 34 da pauta.

**O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS** - Uma questão de ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcelo Castro) - Pois não, Deputado Macris.

**O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS** - Sr. Presidente, acabamos de aprovar uma série de requerimentos. Eu acho importante que esta Comissão vá dando, ao longo desse movimento, demonstrações claras de que tem um rumo de trabalho a ser realizado. Mas eu queria só levantar uma questão para V.Exa., para o Relator e também para os nobres colegas, de que a proposta de trabalho que nós aprovamos lá, inicialmente, tem um ritmo mais ou menos definido. Quando teremos, já numa segunda fase, a discussão sobre controle de tráfego aéreo, saindo já do



debate, da discussão do acidente da Gol — acho que nós estamos quase que fechando essa primeira etapa do trabalho da Comissão —, e já deveremos entrar na questão do sistema de tráfego aéreo. Muito bem. Em seguida, a regulação do mercado e também a infra-estrutura aeroportuária.

Qual é a minha questão de ordem? Queria pedir a V.Exa., solicitar que, nas próximas pautas a serem votadas em termos de requerimento, que se levasse em contra essas próximas fases que vamos atuar na CPI, por conta de que temos, muitas vezes, 20, 30 dias de prazo para resposta dos requerimentos. Então, são importantes documentos que nós estamos apresentando — e nós do PSDB já temos vários requerimentos — sobre a questão da organização e regulação de mercado, sobre a infra-estrutura aeroportuária.

Então, com a solicitação dos requerimentos agora, nós teremos a oportunidade de ter um espaço de tempo necessário para, quando entrarmos nessa fase da discussão do processo, a gente já poder ter documentos em mãos para avaliar. Caso contrário, nós estaremos já fechando o tempo da Comissão e nem sequer solicitamos requerimentos em relação às fases posteriores desta Comissão.

É a indagação que eu faço a V.Exa. e o apelo que faço a V.Exa. sobre essa questão.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcelo Castro) - Tranquilo, nobre Deputado Macris.

Então, vamos ao item “b” da pauta.

Item 35.

Pois não, Deputado Marco Maia.

**O SR. DEPUTADO MARCO MAIA** - Deputado Eduardo Cunha, eu queria dialogar com V.Exa., com as Sras. e Srs. Deputados, que esse requerimento feito por V.Exa., na minha avaliação, se revestiu de uma certa importância nesta última semana, principalmente, mas também em função dos acontecimentos, da notícia que nós tivemos no dia de ontem, de que um avião da Gol, que decolou de Cumbica, São Paulo, e iria a Porto Alegre, a minha cidade — e este Deputado poderia, inclusive, se tivesse ido embora, estar neste avião —, sofreu uma situação de risco: parece que uma turbina do avião teve um problema, explodiu, e o avião teve que retornar ao Aeroporto de Cumbica. Isso nos dá conta de que esse tema



relacionado à manutenção das aeronaves é um tema importante, porque também tem sido recorrendo no País situações dessa envergadura.

Então, eu espero que esta Comissão, naquele sentido que nós estamos dando de também ter ações práticas que possam dialogar diretamente com as demandas dos nossos usuários, faça diligências e trate sobre esses temas.

Então, pela importância de que se revestiu, na minha avaliação, esse tema, eu queria só propor, naquele seu requerimento, que nós especificássemos as 2 companhias aéreas que nós visitaríamos, já, imediatamente, que são a TAM e a Gol. Parece-me que são as 2 companhias mais importantes, de que estamos tendo relatos de problemas na área de manutenção e tal, que precisam, efetivamente, que esta Comissão possa imediatamente fazer essas diligências.

Então, que nós pudéssemos já marcar isso para a próxima semana, essas visitas, e que nós nos concentrássemos na TAM e na Gol para a realização dessas diligências, já que o requerimento é mais genérico, abrangente, e poderia dar a interpretação de nós termos que visitar todas os parques de manutenção das companhias aéreas.

Então, eu queria precisar melhor isso, se fosse do seu entendimento.

**O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA** - Eu não tenho nenhuma dificuldade quanto à proposição de V.Exa. Eu acho que nós poderíamos aprová-la de forma genérica. A decisão de ir primeiro na TAM e na Gol é uma decisão administrativa, que nós podemos tomar, é uma decisão política.

Agora, a minha preocupação, nobre Relator, vem mais em função de a gente desconhecer empresas que têm mais de um centro de manutenção. Acho que no caso da Gol, especificamente, como já tem o requerimento aprovado para o Presidente da Gol vir a esta Comissão, acho que nós deveríamos marcar já esse depoimento para a semana que vem e indagar do Presidente da Gol onde estão seus centros de manutenção, para irmos aonde ele declinar. Porque nosso receio é a gente ir a um — e obviamente essas companhias têm mais de um... Pelo menos escolher o mais importante, ou tomar a decisão, ou nos dividir. Enfim, há várias alternativas.

Então, eu não tenho nenhuma dificuldade; pode alterar da forma como a Comissão entender. A minha proposição foi mais ou menos sentindo que, quando



entrássemos no tema da outra fase, já teríamos que verificar a manutenção das aeronaves. Mas eu já aproveitaria para pedir a marcação do depoimento do Presidente da Gol, para que ele, aí, declinasse quais são os centros de manutenção que nós deveríamos visitar. E eu acho que poderemos fazer o mesmo — já há requerimento para convocar o Presidente da TAM —: poderemos colocar na próxima sessão a convocação do Presidente da TAM, e faríamos a ele a mesma pergunta, para que a gente já fosse fazer a diligência, a visita, conhecendo com base nas respostas deles.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcelo Castro) - Seguindo aqui o rito normal, é o seguinte: o que está em encaminhamento é o item 35 da pauta, o Requerimento nº 166/07, de autoria do Sr. Deputado Eduardo Cunha, que requer que esta Comissão visite as áreas de manutenção das companhias aéreas.

**O SR. DEPUTADO EDUARDO VALVERDE** - Sr. Presidente, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcelo Castro) - Então, o Deputado autor do requerimento já encaminhou; são 4 que podem encaminhar, o Relator já encaminhou, ficam o Deputado Valverde e o Deputado Vic Pires, e ponto final.

**O SR. DEPUTADO EDUARDO VALVERDE** - Sr. Presidente, queria fazer uma ponderação até ao meu colega Eduardo Cunha, e também meu xará. até ao meu colega Eduardo Cunha e também meu xará.

O acidente que acarretou o choque entre um avião Boeing e um Legacy... Eram aviões recém saídos da fábrica, zero. Então, não foi problema de manutenção que ocasionou o acidente. Se o objeto dessa investigação é observar a causa do acidente, tanto o fato como a estrutura, visitar centros de manutenção... Se a razão do choque fosse falha de equipamento de aviões que não sofreram as manutenções, talvez fosse prudente fazer essa visita, mas como o acidente não foi em função disso, porque os aviões eram novos, estaríamos perdendo um semana importante de focar ações mais diretamente ligadas ao acidente do que esta. Certo? Até porque, para visitar um centro de manutenção, até porque várias companhias não têm um centro próprio, elas terceirizam manutenções, nós iríamos fazer uma visita de cortesia, mas, na verdade, pouco aquela visita iria ajudar na compreensão do acidente ocorrido. Esse fato da explosão de uma turbina está dentro de um outro contexto. É grave...



**O SR. DEPUTADO BETO MANSUR** - *(Início inaudível. Fora do microfone.)...turbina nenhuma.*

**O SR. DEPUTADO EDUARDO VALVERDE** - Pois é. Não sei. Falaram aí. Certo? Mas não é o eixo da nossa investigação. Não seria o eixo. Não se trata de manutenção. Por isso encaminho contrário a esse requerimento.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcelo Castro) - Pois não. A regra que foi estabelecida por nós aqui é que 4 senhores ou senhoras Parlamentares falarão para encaminhar o requerimento: o autor do requerimento, 2 outros senhores Parlamentares e o Relator. Então, já falou o Relator, já falou o autor, falou o Deputado Eduardo Valverde e, por último agora, o Deputado Vic Pires, por 5 minutos.

**O SR. DEPUTADO ANDRÉ VARGAS** - Sr. Presidente, agora é contra, não é?

**O SR. DEPUTADO VIC PIRES FRANCO** - Eu sou obrigado a ser contra?

**O SR. DEPUTADO ANDRÉ VARGAS** - Só uma questão de ordem, Sr. Presidente. São 2 contra e 2 a favor.

**O SR. DEPUTADO VIC PIRES FRANCO** - Só me falta isso.

**O SR. DEPUTADO ANDRÉ VARGAS** - Não, não é isso, Deputado.

**O SR. DEPUTADO VIC PIRES FRANCO** - Não, eu sei. Eu estou brincando.

**O SR. DEPUTADO ANDRÉ VARGAS** - O princípio é: 2 contrários e 2 favoráveis. Em princípio o autor é favorável e o Relator também. O Relator eventualmente, não. Então, é o seguinte: nós não podemos ter 3, 5 a favor. Eu sou favorável, inclusive. Nesse caso, vai haver coincidência de opiniões.

**O SR. DEPUTADO VIC PIRES FRANCO** - Com certeza.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcelo Castro) - A regra que nós estabelecemos aqui é: fala o autor do requerimento, que obviamente é a favor; falam 2 outros senhores Parlamentares, e fala o Relator. Melhor assim.

Deputado Vic Pires.

**O SR. DEPUTADO VIC PIRES FRANCO** - Sr. Presidente, eu não sei se eu vou contribuir com alguma coisa nessa visita, porque, sinceramente, eu, olhando um motor de carro e uma turbina de avião, eu sei a diferença, mas eu não sei... Eu pouco entendo. Mas acho que é muito importante, principalmente, Deputado



Eduardo, depois da declaração que ontem fez aqui o Sargento Wellington, que os senhores devem ter notado, que ele diz que as aeronaves hoje da Gol, tanto da Gol como da TAM, elas não param. Elas não têm tempo para parar. Elas ficam 24 horas rodando.

**O SR. DEPUTADO BETO MANSUR** - *(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)*

**O SR. DEPUTADO VIC PIRES FRANCO** - Ah, é bom?

**O SR. DEPUTADO EDSON SANTOS** - Isso é no mundo todo. Avião não pára no mundo todo.

**O SR. DEPUTADO BETO MANSUR** - *(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)*

**O SR. DEPUTADO VIC PIRES FRANCO** - Ah é? Bom, eu como não entendo de avião...

**O SR. DEPUTADO BETO MANSUR** - *(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)*

**O SR. DEPUTADO VIC PIRES FRANCO** - Pois então. E quando faz a manutenção? Pois então. Mas eu acho que é importante. Estou aqui para apoiar o requerimento — acho que é importante —, mas esta declaração dele se torna mais importante ainda quando ele diz que os aviões, hoje, tanto da Gol como da TAM, estão voando 24 horas direto. Então, a gente precisa realmente saber, nas companhias, qual é o prazo de manutenção. Enfim, da minha parte, eu concordo com o requerimento.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcelo Castro) - Em votação o requerimento de autoria do Deputado... O item 35 da Pauta.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam com estão. *(Pausa.)*

Aprovado. Contra os votos dos Deputados Beto Mansur, Gustavo Fruet, Ivan Valente, Zarattini... Tem que levantar o braço...

**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** - Verificação. Vamos fazer a verificação, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcelo Castro) - Não, foi aprovado.

**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** - Não foi aprovado, não. Vamos fazer a verificação.



**O SR. DEPUTADO ANDRÉ VARGAS** - Segue em frente, Sr. Presidente, que atrás vem gente.

**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** - Eu peço verificação.

**O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA** - Verificação tem de ser Líder que represente 6% da Comissão ou o apoio disso.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcelo Castro) - Vamos ao item 36 da pauta.

Requerimento nº 224/07, de autoria do Sr. Deputado Dr. Ubiali, que requer realização de diligência no CINDACTA II, localizado na cidade de Curitiba, Paraná.

Para encaminhar o requerimento, concedo a palavra ao nobre Deputado Dr. Ubiali.

**O SR. DEPUTADO DR. UBIALI** - Obrigado, Sr. Presidente.

Nosso requerimento visa esclarecer uma dúvida surgida até pelos depoentes, principalmente pelo depoente de ontem, que disse que cada CINDACTA tem uma característica, sendo que a característica do CINDACTA de Curitiba é completamente diferente do CINDACTA I e, portanto, com ações e objetos de avaliação diferentes do que está aqui. Então, é muito importante que esta Comissão tome conhecimento da realidade do CINDACTA II, em Curitiba.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcelo Castro) - Para encaminhar o requerimento, tem a palavra o nobre Relator.

**O SR. DEPUTADO MARCO MAIA** - Só quero reafirmar aqui, Sr. Presidente, que nós já havíamos aprovado um requerimento, naquela primeira sessão de aprovação de requerimentos, que dava conta dos 4 CINDACTAs, até porque o CINDACTA de Manaus é também um dos CINDACTAs envolvidos no acidente.

Então, eu diria que não tem problema nenhum de nós aprovarmos este requerimento do Deputado Dr. Ubiali, porque ele só vai ficar conectado àquele outro que já havia sido aprovado e que previa essas diligências, e nós teremos que ajustá-las dentro do calendário dos trabalhos da Comissão.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcelo Castro) - Para discutir o requerimento, Deputado Beto Mansur.

**O SR. DEPUTADO BETO MANSUR** - Eu só queria votar contra isso. Não tenho nada contra a gente ir ao CINDACTA, mas só acho que, se não tiver um



requerimento determinado para que nós possamos entrar no CINDACTA e eventualmente entrar na sala, conversar com quem temos que conversar, nós vamos sentar lá novamente, como fomos no CINDACTA I, vamos receber uma aula de como funciona, vemos filmes etc, e a gente vem embora.

**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** - CINDACTA *tour*.

**O SR. DEPUTADO BETO MANSUR** - Isso.

Por que eu fui contra o requerimento do Eduardo Cunha, porque eu acho o seguinte: nós vamos lá no setor de manutenção, ou da Gol, nos quais os aviões são da Boeing e têm uma regra muito rigorosa de manutenção...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcelo Castro) - Para quem não sabe, o nobre Deputado Beto Mansur é piloto.

**O SR. DEPUTADO BETO MANSUR** - Isso. Ou nós vamos na TAM, que compra os aviões da Airbus, que também tem um regramento muito rigoroso de manutenção. E eu diria para vocês — como falei com o Vic aqui, que teve uma dúvida sobre avião que está voando muito — que avião, quanto mais voar, melhor. O que ele precisa é de uma boa manutenção, e esses aviões têm boa manutenção. Essa turbina de ontem, ela não explodiu; houve lá um defeito na turbina, e, corretamente, o piloto acabou retornando para o aeroporto.

Sr. Presidente, sinto o seguinte: com o depoimento, ontem, do Sargento, que é um controlador, chefe da Associação dos Controladores, ele trouxe um depoimento extremamente rico, qual seja, problemas de fonia, problemas de radiocomunicação nos CINDACTAS, problemas existentes no sistema, inclusive de *software*. Nós, no meu entender, temos que nos aprofundar nisso, porque isso foi o que ocasionou o acidente.

A gente começar a fugir para começar a conhecer aeronave de grande porte, saber como funciona essa manutenção... Não ocorrem acidentes, são difíceis os acidentes que ocorrem com grandes aeronaves no Brasil. O que eu defendo é que nós possamos ir, sim, no CINDACTA, mas que a gente tenha uma ação direta para ouvir os controladores, saber da manutenção desses equipamentos, saber o que está acontecendo no CINDACTA. Senão, novamente, a gente vai lá no CINDACTA II, vamos no CINDACTA IV, CINDACTA III, e vamos tomar uma aula lá — filmes bonitos etc —, mas a gente não vai se aprofundar naquilo que é necessário.



Sou contra.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcelo Castro) - O último inscrito, Deputado Pepe Vargas.

**O SR. DEPUTADO CARLOS WILLIAN** - Sr. Presidente, vou pedir para colocar uma lista de inscrição, porque desde antes do requerimento estou pedindo para me inscrever.

**O SR. DEPUADO PEPE VARGAS** - Deputado, a cada requerimento é uma inscrição.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcelo Castro) - Deputado Carlos Willian, o Deputado Pepe Vargas havia pedido primeiro.

**O SR. DEPUTADO PEPE VARGAS** - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, eu me inscrevi obviamente para falar a favor do requerimento, embora eu ache que o Deputado Beto Mansur tem razão quando diz que nós temos que ter acesso à sala dos controladores de vôo.

Eu quero dizer que, no mês de novembro, tive oportunidade... Estava presente também uma comitiva de Deputados que tinham sido eleitos e Deputados que já estavam no exercício do mandato, estava presente o Deputado Gustavo Fruet, estava presente o Deputado Zarattini, o Deputado Ubiali... Nós tivemos oportunidade de visitar o CINDACTA I e o CINDACTA IV, embora o objetivo dessa comitiva fosse mais especificamente conhecer o sistema de proteção da Amazônia. Mas, como estávamos aqui, fomos ao CINDACTA I, fomos ao CINDACTA IV. E nos foi oportunizado entrar, quando daquela ocasião, na sala dos controladores de vôo, sem problema nenhum. Entramos no centro de operações militares.

Agora, confesso para os nobres pares aqui que fiquei preocupado com aquela nossa entrada, porque entramos umas 30 pessoas na sala onde os controladores estavam fazendo controle de vôo, e obviamente que entrar um monte de gente dessa forma pode tirar, sim, a concentração daquele importante trabalho que eles exercem. E, a estas alturas do campeonato, acho que todos nós aqui temos presente o quanto é importante a concentração, e que não haja nenhum desvio da concentração.

Então, eu queria propor ao Presidente da Comissão o seguinte: que a gente vá aos CINDACTA, que se negocie com o comandante de cada um desses



CINDACTAS, que eles disponibilizem um oficial, e a gente possa, enquanto uns estão vendo algumas coisas, entram 2, 3, 4 lá, de forma discreta, sem fazer algazarra. Obviamente que 30 pessoas, mesmo que não queiram fazer, vão desviar a atenção das pessoas. Que a gente entre em pequenos grupos de 3, 4, 5, negociado com o comando do CINDACTA, com o Comando da Aeronáutica, enfim, para que a gente possa entrar lá dentro da sala, até para que não parem dúvidas. E sem perturbar o ambiente, para que os nossos controladores de vôo possam fazer o melhor trabalho possível.

Essa é a minha sugestão.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcelo Castro) - Deputado, V.Exa. está coberto de razão. Inclusive, este entendimento já foi feito por meu intermédio e o representante da Aeronáutica: que, nas visitas aos próximos CINDACTAs, se vierem a ocorrer, nós iremos em grupos pequenos, não todos de uma vez, para poder ter acesso diretamente à sala de controle de vôo.

**O SR. DEPUTADO WLADIMIR COSTA** - Sr. Presidente, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcelo Castro) - Sim.

**O SR. DEPUTADO WLADIMIR COSTA** - Sugiro, Presidente, que o senhor determine um número de Parlamentares. Nós podemos nos dividir em diversas ações. Nós temos tantos lugares para visitar. Não adianta ir 30, 40 ou 50 Parlamentares para o CINDACTA. Podem-se dividir em grupos de 5, de 6, de 7. Vamos nos dividir para que possamos dirimir melhor as ações e as questões fundamentais desta CPI.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcelo Castro) - Em votação o requerimento do nobre Deputado Dr. Ubiali.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovado, com voto contrário do Deputado Beto Mansur.

Vamos ao item “c” da pauta. Requerimentos de requisição de funcionários.

Quero fazer uma observação prévia. Vou passar a palavra, ao anunciar o requerimento, para o Relator, para o Relator se posicionar, porque, na verdade, esses funcionários vão ficar ligados diretamente ao Relator. Então, embora a sugestão tenha partido de outros Parlamentares, aqui vai pesar muito a opinião do Relator. Então, vou colocar...



**O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA** - Sr. Presidente, eu queria uma questão sobre esse ponto. Eu queria um esclarecimento. No meu entendimento — pode ser que eu esteja equivocado —, a requisição de funcionários de qualquer órgão ou de qualquer natureza é uma decisão administrativa, que V.Exa., como Presidente da Comissão, toma no momento que entender necessário, a cada momento, de ofício.

Não vejo necessidade de aprovar requerimento ou criar uma jurisprudência que qualquer servidor público, de qualquer órgão, que seja necessário ao trabalho da CPI, tenha que ser votado requerimento na Comissão. Acho que V.Exa. tem o juízo de saber, o Relator tem, aquilo o que é ou não é necessário.

Se o entendimento for esse, eu me posiciono contrário ao requerimento.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcelo Castro) - Deputado Eduardo Cunha, eu fiz várias solicitações de funcionários, de ofício, por pedido, por solicitação do Relator, por minha iniciativa própria, mas apareceram estes requerimentos aqui de iniciativa de outros Parlamentares.

**O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA** - Mas eu queria um esclarecimento sobre se é necessário, para requisitar servidor público para trabalhar na Comissão, votar requerimento em plenário.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcelo Castro) - Não, não é necessário. Eu posso fazer de ofício.

**O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA** - V.Exa. pode fazer de ofício?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcelo Castro) - Posso fazer de ofício.

**O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA** - Então, eu não vejo sentido de a gente votar requerimento pedindo servidor. Não é esse e não é outro; é abrir um precedente perigoso.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcelo Castro) - Eu entendo que não é impeditivo. Eu posso fazer de ofício, mas outro Parlamentar pode sugerir, e a gente coloca em votação. Se achar conveniente, bem. Acho que, neste caso, como disse previamente, é importantíssima a opinião do Relator, porque essas pessoas vão servir diretamente ao Relator. O Relator vai julgar da conveniência ou não desses servidores.



Portanto, sendo assim, vou colocar em encaminhamento para votação o item nº 37 da pauta. (*Pausa.*)

O 37 e o 38 são a mesma coisa?

**O SR. DEPUTADO ANDRÉ VARGAS** - Não teria necessidade. Mas já que...

**O SR. DEPUTADO WOLNEY QUEIROZ** - Sr. Presidente, eu acompanho a divergência do Deputado Eduardo Cunha.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcelo Castro) - Se for, então eu quero passar a palavra ao Relator, para o Relator se manifestar da conveniência ou não de convidar esses funcionários.

**O SR. DEPUTADO MARCO MAIA** - Quero até informar que, como tínhamos essa informação de que as requisições de assessores, de consultores para ajudar nos trabalhos da CPI, eles eram feitos de ofício pelo Presidente, já lá no início, acabamos encaminhando uma lista de servidores ou de órgãos que gostaríamos de ter aqui a presença para auxiliar e para ajudar nos trabalhos da CPI.

Então, já encaminhamos a requisição de servidores da AGU, servidores da Polícia Federal, servidores da INFRAERO, servidores da Aeronáutica. Também encaminhei a requisição do servidor público Nazur, que aqui está presente, que vai ajudar na coordenação dos trabalhos, da elaboração do relatório. E também vamos contar aqui com a assessoria da equipe legislativa da Casa, da Assessoria Legislativa da Casa, que é quem na verdade ficará com a responsabilidade da elaboração, da efetivação do relatório final, acompanhada, é claro, por essas assessorias, por essas consultorias que estão sendo convocadas para auxiliar, inclusive, nos trabalhos aqui da CPI.

Então, temos já uma lista. À ANAC também pedimos — eu estava me esquecendo. Pedimos o auxílio de servidores da ANAC, da Aeronáutica, da INFRAERO, da Polícia Federal, da AGU e da Assessoria da Câmara Federal. Estava sob análise, a partir das informações que fossem aqui chegando, essa possibilidade de termos também funcionários do Tribunal de Contas que pudessem nos auxiliar no processo de análise da documentação, enfim, dos documentos.

Então, eu queria dizer que não vejo nenhum problema que tenhamos aqui também a requisição de funcionários do Tribunal de Contas. É claro que nós teríamos que só olhar aqui, enfim, a quantidade, ou quantas pessoas, porque o



requerimento é genérico em relação a isso. Mas, como é uma questão de ofício do Presidente, acho que não teria problema nenhum de nos ou aprovar ou considerar os requerimentos como importantes e relevantes. Depois, este Relator, junto com o Presidente, poderia estar efetivando a requisição e estabelecendo inclusive o número de servidores que poderiam, do Tribunal de Contas, estar à disposição da Comissão.

Mas, se vocês olharem aqui, nós já apresentamos, já foi encaminhado aos órgãos. Esses técnicos devem estar chegando esta semana. Técnicos ligados a vários órgãos, que estarão, em função do trabalho da CPI, da especificidade do trabalho da CPI, contribuindo com esta CPI. Vou ler de novo aqui. Temos a Assessoria da Casa, que estará nos ajudando, tem 4 técnicos da Casa já destinados, da Assessoria Legislativa, que estarão trabalhando e auxiliando no relatório. Nós pedimos à AGU, à Polícia Federal, à INFRAERO, à Aeronáutica e à ANAC para enviarem técnicos que possam estar contribuindo com a elaboração do relatório.

E estaremos, com esta posição aqui, agregando também técnicos do Tribunal de Contas.

Era isso, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcelo Castro) - Deputado Wladimir Costa com a palavra.

**O SR. DEPUTADO WLADIMIR COSTA** - Quero acompanhar o Requerimento nº 14, de autoria do colega Deputado Gustavo Fruet, e falar da fundamental importância de nós, cada vez mais, nos assessorarmos de técnicos, de profissionais, de membros da Aeronáutica, a fim de colaborar para o sucesso desta CPI, para que possamos dar a resposta digna a todo o povo brasileiro, a resposta aguardada com muita expectativa.

Então, eu acho de extrema e fundamental importância a autoria deste requerimento, a participação de técnicos do Tribunal de Contas da União para nos assessorar nesses trabalhos.

E eu gostaria também de relatar, Presidente, que eu tinha um amigo que estava a bordo do avião da Gol, ontem, onde aconteceu o incidente. Eu acho extremamente importantes essas visitas ao CINDACTA, ao parque de manutenção.



Eu gostaria de aprofundar um pouquinho mais o que foi colocado aqui, mas ontem as vidas das pessoas que estavam a bordo desse avião estiveram à beira de uma grande tragédia. Houve um princípio de incêndio muito grave; o piloto teve que desviar o avião; despachou o combustível no mar, lá em São Paulo — quando ele despachou o combustível, obviamente ele previu que poderia acontecer uma explosão no ar e ceifar vidas, possivelmente de centenas de pessoas.

Então, cada vez mais nós estamos convictos de que temos que aprofundar as nossas investigações. Cada vez mais temos que acirrar visitas a esses parques de manutenção, convidar esse pessoal da Gol e da TAM para virem para cá. Chega de vidas perdidas, chega de acidentes graves. Esses são acidentes que conhecemos. Mas tem outros acidentes com pequenos aviões, com pequenas aeronaves que têm aterrorizado todo o território nacional.

O Deputado Mansur, independentemente de ser um atuante Parlamentar, experientíssimo, de vários mandatos, também é piloto. Para ele é extremamente natural, está acostumado a pilotar. Para ele é muito natural uma explosãozinha aqui, um foguinho ali, uma fumacinha aqui. Mas para nós, não. Qualquer zoadinha, qualquer situação, qualquer coisa, todos nós somos acometidos de pânico. Nós não estamos acostumados com isso e não pagamos as nossas passagens para ver fogo em turbina, explosão ali, ou sermos informados de que o piloto vai jogar o combustível no mar para evitar uma explosão no ar. Para o colega é muito natural, mas, para nós, uma fumacinha já é um motivo de morte súbita do coração dentro do avião.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcelo Castro) - Muito bem, Deputado Wladimir Costa.

Então, para encaminhamento os itens nºs 37 e 38 da pauta.

**O SR. DEPUTADO WOLNEY QUEIROZ** - Sr. Presidente, para encaminhar contrariamente.

**O SR. DEPUTADO VIC PIRES FRANCO** - Sr. Presidente, eu sou o autor, não?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcelo Castro) - V.Exa. é o autor.

**O SR. DEPUTADO VIC PIRES FRANCO** - Mas se é o 37 e o 38...



**O SR. DEPUTADO WLADIMIR COSTA** - Trinta e sete é o Gustavo Fruet, nosso colega.

**O SR. DEPUTADO VIC PIRES FRANCO** - Mas ele está dizendo que está junto, 37 e 38.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcelo Castro) - Os itens 37 e 38.

Então, tem a palavra V.Exa. e, depois, o Deputado Gustavo Fruet, como autor do requerimento.

**O SR. DEPUTADO VIC PIRES FRANCO** - Sr. Presidente, eu concordo com o Relator. Eu só não ouvi... A Polícia Federal também está incluída nas suas...? É, Polícia Federal, TCU... Então, da minha parte...

Eu queria só tentar emendar esse meu requerimento...

**O SR. DEPUTADO MARCO MAIA** - Quer que eu repita os...?

**O SR. DEPUTADO VIC PIRES FRANCO** - Não... TCU, técnicos e auditores do Tribunal de Contas da União, da Polícia Federal...

**O SR. DEPUTADO MARCO MAIA** - Polícia Federal, AGU, INFRAERO, Aeronáutica e ANAC.

**O SR. DEPUTADO ANDRÉ VARGAS** - A Polícia Federal está em greve, Sr. Presidente.

**O SR. DEPUTADO VIC PIRES FRANCO** - Eu pediria ao Relator se ele poderia acatar como uma emenda... Foi-nos oferecido aqui, para trabalhar com o senhor, inclusive, o Major-Brigadeiro Renato Cláudio da Costa Pereira, que é ex-Diretor-Geral da OACI, que é a Organização Internacional da Aviação Civil. Ele se prontificou a trabalhar, a ajudar a CPI, a trabalhar diretamente com o senhor, se for o caso. Então, eu queria emendar este meu requerimento aqui para ver da possibilidade.

**O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA** - Qual é a condição dele hoje?

**O SR. DEPUTADO VIC PIRES FRANCO** - Hoje ele é condição de ex. Ele vai ser sempre Major-Brigadeiro. Mas ele é ex-Diretor...

**O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA** - A pergunta do Relator é se ele é servidor público que possa ser requisitado de algum órgão ou ele é um aposentado...



**O SR. DEPUTADO VIC PIRES FRANCO** - Ele é o Major-Brigadeiro Renato Cláudio da Costa Pereira...

**O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA** - Sim, mas ele está servindo?

**O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO** - Está na ativa?

**O SR. DEPUTADO VIC PIRES FRANCO** - Não, não está na ativa, não.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcelo Castro) - Ele não estando na ativa ele não deixa de ser servidor.

**O SR. DEPUTADO VIC PIRES FRANCO** - Se não está na ativa, está aposentado. Se ele não está na ativa, está na reserva.

**O SR. DEPUTADO ANDRÉ VARGAS** - Temos que tomar cuidado com nomes específicos assim.

**O SR. DEPUTADO WLADIMIR COSTA** - Ele está na reserva.

**O SR. DEPUTADO ANDRÉ VARGAS** - Se estiver de graça, é estranho.

**O SR. DEPUTADO WLADIMIR COSTA** - Se não está na ativa, está na reserva.

**O SR. DEPUTADO VIC PIRES FRANCO** - Não, não acho que seja estranho ele se oferecer. Ele tendo sido Diretor-Geral da Organização Internacional da Aviação Civil, eu acho que ele tem muito conhecimento.

**O SR. DEPUTADO WLADIMIR COSTA** - E se tem a colaborar, por que não?

**O SR. DEPUTADO VIC PIRES FRANCO** - Ele tem que cobrar para vir para cá? Acho que não. Agora, se V.Exas. acharem que não...

Ele se ofereceu para vir ajudar e tudo. Como ele ocupou um cargo relevante, que foi Diretor-Geral da Organização Internacional da Aviação Civil, eu acho que ele só vai ter aqui a ajudar. Mas se V.Exas. acharem que não...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcelo Castro) - Deputado Vic Pires Franco, se o Relator estiver de acordo, ao invés de nós requisitarmos, poderíamos convidá-lo. Se ele se dispuser, uma vez que ele está aposentado... Eu não sei se teria esse alcance, quer dizer, de ele vir para cá trabalhar de graça. Talvez ele não quisesse vir.

**O SR. DEPUTADO WLADIMIR COSTA** - Voluntário, Sr. Presidente; voluntário. Espírito público.



**O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA** - Sr. Presidente, eu teria uma questão de ordem.

**O SR. DEPUTADO ANDRÉ VARGAS** - Tem que ver se o Relator aceita ou não. Se não aceitar...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcelo Castro) - Nobre Deputado Eduardo Cunha para formular questão de ordem.

**O SR. DEPUTADO VIC PIRES FRANCO** - Se o Relator aceitar, tudo bem.

**O SR. DEPUTADO ANDRÉ VARGAS** - Se o Relator não aceitar, e eu acho que ele não deveria aceitar...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcelo Castro) - Deputado Eduardo Cunha para formular uma questão de ordem.

**O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA** - Tendo em vista a colocação de V.Exa. de que o entendimento é que V.Exa. pode requisitar de ofício, tendo em vista a informação dada pelo Relator de que ele já fez requisições de funcionários que têm a ver com esses órgãos, eu solicito a V.Exa. que declare prejudicados esses requerimentos e outros semelhantes. Eu acho que não temos nem por que discutir. Primeiro que o Relator, adiantadamente, já fez isso. Segundo, que a prerrogativa era de ofício da direção da Comissão, que é exercida por V.Exa. Então, não tem sentido a gente continuar discutindo. É a prejudicialidade do requerimento.

**O SR. DEPUTADO ANDRÉ VARGAS** - Concordo em gênero, número e grau com o Deputado.

**O SR. DEPUTADO CARLOS WILLIAN** - Questão de ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcelo Castro) - Pois não, nobre Deputado Carlos Willian.

**O SR. DEPUTADO CARLOS WILLIAN** - O art. 36, § 1º, diz: *“A Comissão Parlamentar de Inquérito poderá, observada a legislação específica, requisitar funcionários dos serviços administrativos da Câmara, bem como, em caráter transitório, os de qualquer órgão ou entidade da administração pública direta, indireta e fundacional, ou do Poder Judiciário, necessários aos seus trabalhos.”*

Sabendo-se, dentro desta questão de ordem, que a Comissão poderá, e isso é um trabalho administrativo que cabe o entendimento do Relator com o Presidente



e de qualquer membro desta Comissão que possa sugerir a V.Exas. não inserção da Câmara, não inserção da Comissão, mas poderá conversar administrativamente.

Pergunto a V.Exa. o seguinte.

O nobre Relator já fez vários requerimentos de funcionários para colaborar nesta Comissão, o que fez devidamente e corretamente. Agora, V.Exa. coloca em pauta 2 requerimentos que, com todo o respeito que eu tenho pelo Deputado Gustavo Fruet, foi meu companheiro, bastante atuante, Sub-Relator também, como eu, na CPI dos Correios, não houve requerimento para convocar funcionários. A gente conversava pessoalmente com o Relator e com o Presidente. E agora nós temos esses 2 requerimentos que eu julgo prejudicados. Aí eu pergunto a V.Exa.: se nós formos aprovar esses 2 requerimentos e abrir esse precedente, o Relator, que já convocou outros funcionários, ele fez em descumprimento ao Regimento?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcelo Castro) - Não.

**O SR. DEPUTADO CARLOS WILLIAN** - Então, o seguinte: vai convalidar esses 2 requerimentos, ou vamos fazer um requerimento para validar o ato do Relator? Então, eu acho que esses 2 requerimentos estão prejudicados.

**O SR. DEPUTADO ARNALDO JARDIM** - Sr. Presidente, para contraditar a questão de ordem.

**O SR. DEPUTADO GUSTAVO FRUET** - Sr. Presidente, eu peço que V.Exa. me garanta a palavra.

**O SR. DEPUTADO ARNALDO JARDIM** - Sr. Presidente, para contraditar a questão de ordem, Deputado Arnaldo Jardim.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcelo Castro) - Pois não, Deputado Arnaldo Jardim.

**O SR. DEPUTADO ARNALDO JARDIM** - Quero contraditar a assertiva feita e a questão requerida pelo Deputado Carlos Willian baseado no seguinte princípio: há prerrogativa administrativa de que o Relator possa estabelecer solicitação de funcionários da União para poder corroborar na sua análise e no seu encaminhamento, mas há uma necessidade imperiosa — e isso tem sido uma regra aqui nesta Casa — de que essas requisições, dela é dada ciência ao Plenário, porque as requisições não são neutras. Veja só: o Relator pensou e tomou uma iniciativa — que é saudada por nós — de requisitar funcionários, como ele próprio



elencou, da Advocacia Geral da União, da INFRAERO, de outros órgãos, e não havia requerido, por exemplo, o que é objeto do requerimento do Deputado Gustavo Fruet, ao concurso de funcionários do TCU, e aquiesceu a isso.

Portanto, se não há uma prerrogativa que não deva deixar de ser exercida, há necessidade de dar ciência ao Plenário, e um requerimento como esse, anteposto, como bem disse o próprio Presidente, é algo que reforça o nosso papel investigativo. Por isso, não há nenhuma questão de ordem que possa considerar prejudicado o referido requerimento.

**O SR. DEPUTADO GUSTAVO FRUET** - Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcelo Castro) - Nobre Deputado Gustavo Fruet.

**O SR. DEPUTADO GUSTAVO FRUET** - Obrigado, Presidente.

Três observações. A primeira delas, sobre o aspecto regimental. Eu agradeço até a manifestação do Deputado Carlos Willian, mas, na CPI dos Correios, todas as requisições foram votadas em Plenário. E nós temos que separar o que é o pedido de assessoramento, como bem disse o Relator, para o trabalho dele — e ele tem uma responsabilidade enorme; sem desmerecer nenhum Parlamentar, mas seguramente o trabalho do Relator é de uma dimensão maior do que de todos —, de dar assessoria, que estou solicitando para a Comissão Parlamentar de Inquérito. Essa é a primeira diferença.

Segunda observação. O art. 36, inciso I, estabelece que a Comissão Parlamentar de Inquérito poderá, observada legislação específica, requisitar funcionários. Portanto, não é o Presidente da CPI ou o Relator, é a Comissão Parlamentar de Inquérito. E é esse mesmo dispositivo que nos levou a votar, há pouco, o seu artigo, inciso IV, que estabelece: *“deslocar-se a qualquer ponto do território nacional para a realização de investigações e audiências públicas”*. Eu esperei que fosse votado aquele requerimento também, porque se estabeleceu procedimento também para esse requerimento.

Terceiro ponto. O TCU, de todos os órgãos mencionados, é o único que não é do Governo, e é bom lembrar que todos os órgãos mencionados estão sob investigação desta CPI. Não se trata de prejulgamento, mas nós estamos investigando o trabalho da ANAC, o trabalho da INFRAERO, o trabalho da



Aeronáutica, e estamos solicitando informações da Advocacia-Geral da União. E o TCU, além disso, é o único órgão de assessoramento do Legislativo.

E um quarto ponto — aqui também para reflexão. Nós não podemos nos paralisar ou nos moldar pela CPI do Senado; cada uma que cumpra o seu papel, e nós queremos estabelecer o nosso ritmo.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcelo Castro) - Correto.

**O SR. DEPUTADO GUSTAVO FRUET** - Mas tão logo aquela CPI foi iniciada, a primeira providência do Presidente, do Relator, foi falar com o Tribunal de Contas da União. Então, na época, eu quero lembrar que nós pedimos que esta CPI se antecipasse e solicitasse, se possível, a equipe que assessorou o Ministro Nardes numa das auditorias realizadas.

Portanto, eu peço, nem que seja para ser derrubado, mas que se vote esse requerimento.

**O SR. DEPUTADO VIC PIRES FRANCO** - Sr. Presidente, apenas para um esclarecimento. Relator, é só um esclarecimento.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcelo Castro) - Pois não, Deputado Vic Pires. Pode falar.

**O SR. DEPUTADO VIC PIRES FRANCO** - O Major-Brigadeiro Renato Cláudio, ele não se ofereceu em nenhum momento para vir para cá. A Deputada Solange Amaral, ela conhece o Brigadeiro, o Major-Brigadeiro, que já foi ex-Diretor da Organização Internacional de Aviação Civil, e ele poderia, com certeza, vir para cá, se nós assim decidirmos, ou se o Relator decidir. Em nenhum momento ele se ofereceu, ele não está... Agora ele, na qualidade de um ex-diretor de uma organização como essa, seria importante. Apenas isso.

**O SR. DEPUTADO MARCO MAIA** - Sr. Presidente, eu só quero... Para ver se nós conseguimos avançar aqui na discussão.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcelo Castro) - Pois não.

**O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS** - Sr. Presidente, eu queria me inscrever.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcelo Castro) - O tempo está passando.

**O SR. DEPUTADO MARCO MAIA** - Eu queria, na verdade, era pedir aqui a compreensão e o bom senso das senhoras e senhores Deputados para que a gente



puдesse aprovar esses requerimentos que não trazem nenhum prejuízo aos requerimentos.

Foi bem levantado aqui que não há necessidade de se aprovar requerimentos fazendo a convocatória, a convocação de servidores para auxiliarem a esta Comissão. Tanto que nós trabalhamos na visão de que, bom, nós temos algumas necessidades — são técnicas — que nós precisamos suprir para a elaboração do Relatório, que será fruto das oitivas que aqui foram realizadas, será fruto de todo o debate que esta Comissão irá realizar e das conclusões que este Relator tomar sobre o processo de investigação que nós aqui estamos produzindo, que pode estar de acordo com a maioria do Plenário como pode também estar de acordo com a maioria do Plenário, e esta é uma prerrogativa que o Relator tem.

Então, as assessorias que estão sendo aqui requisitadas, elas têm o intuito de ajudar, de contribuir, de assessorar efetivamente. Vocês podem ter certeza de que este Relator saberá aqui muito bem distinguir as posições e as contribuições que forem dadas pelos assessores. Se tem uma coisa que eu sei fazer bem é tomar posição em relação aos temas que são colocados ou que estão, que estarão na pauta desta CPI.

Então eu queria pedir aqui a V.Exas. que nós pudéssemos votar os requerimentos, sem que haja a contrariedade em torno dos requerimentos, e nós vamos, à medida da necessidade e à medida das possibilidades, fazer as requisições que forem necessárias para auxiliar ao trabalho da Comissão, sem com isso criar nenhuma problema entre nós e tal e na requisição de funcionários ou de pessoas que possam vir ajudar ou contribuir. Inclusive, a contribuição do Major-Brigadeiro, que foi Presidente — representante deste País — da OACI, pode ser uma contribuição importante para dirimir dúvidas, para auxiliar e tal no processo de elaboração do Relatório.

Então eu queria pedir essa compreensão das senhoras e senhores Deputados para que nós pudéssemos votar e, à medida da necessidade daquilo que nós formos negociando entre todos os Deputados, nós vamos requisitando, convocando. E já também quero pedir aqui de antemão desculpas de não ter divulgado isto anteriormente, as pessoas, as requisições que nós já havíamos feito — acho que o Deputado, com muita propriedade, aqui levantou isso —, e quero



anunciar isso. Nós já fizemos estas requisições, as pessoas não chegaram ainda, mas estarão chegando aqui na próxima semana, para contribuir com o processo de construção do Relatório.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS** - Só para contribuir, Sr. Presidente.

**O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA** - Sr. Presidente, pela ordem, art. 73. Pela ordem, art. 73.

**O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS** - (*Ininteligível*) ...contribuir.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcelo Castro) - Deputado Eduardo Cunha, pela ordem.

**O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA** - (*Ininteligível*) ...para colocar a ordem, conforme prevê o art. 73.

O Deputado Carlos Willian fez uma questão de ordem, houve a contradita do Deputado Arnaldo Jardim, e V.Exa. não decidiu. O Deputado Gustavo Fruet fez praticamente uma nova questão de ordem, sem contradita. Eu gostaria, em primeiro lugar, de contraditar o Deputado Gustavo Fruet, e que V.Exa. decidisse as 2 questões de ordem como preliminares.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcelo Castro) - Perfeito.

**O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA** - Para contraditar, então, o Deputado Gustavo Fruet...

**O SR. DEPUTADO GUSTAVO FRUET** - E eu peço posteriormente para contraditar a primeira questão de ordem do Deputado (*Ininteligível*).

**O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA** - Já foi contraditada.

**O SR. DEPUTADO GUSTAVO FRUET** - Não é possível. Foi contraditado o Deputado Carlos Willian, Presidente. Isso é interminável.

**O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA** - É para a gente encerrar e decidir. Como o Presidente não decidiu, a gente precisa decidir.

Então, V.Exa...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcelo Castro) - A decisão já está tomada.

**O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA** - Deputado, o art. 36... Citou que o Tribunal de Contas não está entre os órgãos colocados, porque não é Governo.



Simplesmente, o art. 36, no inciso I, fala claramente que a Comissão Parlamentar de Inquérito *“requisitar funcionários dos serviços administrativos da Câmara, bem como, em caráter transitório, os de qualquer órgão ou entidade da administração pública direta, indireta e fundacional, ou do Poder Judiciário, necessários aos seus trabalhos”*.

É claro que o legislador, aqui, quando colocou aqui, quis dizer que nós podemos pegar de qualquer Poder — Judiciário, Executivo —, e o Tribunal de Contas da União tem a sua formação inicial como órgão de assessoramento do Poder Legislativo. Então, está tudo coberto. V.Exa. tem a prerrogativa, sim, de requerer ao TCU.

E mais: eu estava antes pouco preocupado com o requerimento; a partir de agora, eu estou preocupado, porque, se nós vamos ter assessorias de cada um da Comissão, é uma coisa; uma coisa é a assessoria que seja institucional para efeito de preparo do Relatório, para instrução de depoimento. Senão, daqui a pouco, vai acontecer o seguinte: eu vou genericamente dizer: “Presidente, eu quero requisitar o fulano de tal do Tribunal de Contas para me dar assessoria”. Esse tipo de coisa também não vão poder permitir aqui na Comissão.

Então eu queria que V.Exa. decidisse as questões de ordem. Se a decisão for contrária ao Deputado Carlos Willian e à contradita do Deputado Gustavo Fruet, V.Exa. ponha em votação o requerimento. Eu vou manifestar contrário ao requerimento, não por ser contrário ao teor, mas pela forma.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcelo Castro) - Bom, eu vou então dizer a posição que esta Mesa entende, que é a seguinte.

O Presidente pode fazer, de ofício, a requisição de qualquer servidor para prestar assessoria a esta CPI. E fiz algumas de iniciativa própria — já disse aqui —, e a maioria eu fiz por solicitação do Relator. Por quê? Porque as assessorias principais vão estar a serviço do Relator, que é quem vai ter o trabalho de ler as informações, de estudar, de analisar e de elaborar o Relatório. O assessoramento da Presidência é mais da forma de como os trabalhos devem proceder, com assessoria muito menor.

Então, posso fazer de ofício, mas, porque eu posso fazer de ofício, o meu entendimento é de que eu posso fazer também sem ser de ofício, por sugestão de



qualquer Parlamentar e — mais ainda — por votação da Comissão. Por isso é que foi que eu incluí na pauta e estou colocando em votação o requerimento. Pedi apenas que o Relator falasse em primeiro lugar, porque, como essa assessoria não é uma assessoria que vai assessorar os membros da Comissão, mas vai assessorar o Relator, vai ficar junto ao Relator, por isso é que eu pedi para ouvir o nosso Relator.

Então, a minha decisão é de colocar em votação os itens 37 e 38, com uma observação: o Major-Brigadeiro que está sendo convocado pelo nobre Deputado Vic Pires. Por quê? Ele é um servidor público aposentado, inativo. Ele deixa de ser servidor público? Não. Enquanto vida ele tiver, ele é um servidor público, apenas mudando o rótulo da atividade para a inatividade.

Então, eu entendo que, por ele ser um servidor da inatividade e não estar obrigado a prestar um serviço para fazer jus ao seu salário, nós não teríamos o poder de requisitá-lo, porque ele viria para cá sem ganhar nada. Um servidor que vem sem ganhar nada está ganhando, porque o trabalho que ele ia fazer no lugar que trabalhava lá ele está fazendo aqui. Mas ele, que não está trabalhando em canto nenhum, evidentemente que ele só poderia vir, no meu entendimento, como convidado para colaborar com os trabalhos da CPI, se assim lhe conviesse.

Então, eu queria mudar, em vez de requisitar, se o Relator estiver de acordo, convidar o Major-Brigadeiro e tal.

Sendo assim... Alguém mais quer encaminhar?

**O SR. DEPUTADO WOLNEY QUEIROZ** - Eu quero encaminhar contrariamente, Sr. Presidente.

**O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS** - Quero orientar a bancada, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcelo Castro) - Eu quero pedir, que a hora está avançando, e não votamos ainda... Quer dizer, tirando os requerimentos de informação, temos muitos requerimentos para votar ainda pela frente.

*(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcelo Castro) - Eu gostaria de pedir a colaboração.

Deputado Macris com a palavra.



**O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS** - Sr. Presidente, eu queria só fazer um... levantar, aqui, uma questão. Talvez, se nós tivéssemos um pouquinho de bom senso, muito menos preocupados com a forma e muito mais preocupados com o aprofundamento das investigações, talvez, essa questão pudesse ter sido deliberada já há muito tempo.

Quando o Deputado Gustavo Fruet propõe o assessoramento do Tribunal de Contas da União a esta Comissão, ele o faz baseado já numa auditoria realizada pelo Tribunal de Contas sobre a questão do acidente da Gol. Eu quero só fazer a leitura de um dos trechos, Sr. Presidente, do que diz o Tribunal de Contas num determinado momento da avaliação dessa auditoria realizada, ou seja — abrem-se aspas: “A auditoria realizada por destacados servidores do Tribunal, dentre os quais analistas egressos do órgão integrante do Sistema de Controle do Espaço Aéreo Brasileiro com profundos conhecimentos sobre o tema”.

Ou seja, Sr. Presidente, o Tribunal de Contas da União, que é um órgão de assessoramento desta Casa, já realizou e está realizando auditoria sobre isso. Portanto, com funcionários que têm profundos conhecimentos sobre esse tema, egressos do Sistema de Controle do Espaço Aéreo Brasileiro.

Ora, isso, sim, seria de extrema importância termos esses homens qualificados do Tribunal de Contas, que é um órgão de assessoramento da Casa, aqui na Comissão, para nos assessorar e nos ajudar.

Essa foi a intenção do Deputado Gustavo Fruet, razão pela qual oriento favoravelmente à votação desse requerimento.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcelo Castro) - Estamos de pleno acordo, e a prova é que coloquei em pauta e estou defendendo essa posição.

**O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS** - O.k., Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcelo Castro) - Não havendo mais quem...

**O SR. DEPUTADO WOLNEY QUEIROZ** - Para orientar a bancada, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcelo Castro) - Deputado Wolney Queiroz.

**O SR. DEPUTADO WOLNEY QUEIROZ** - Sr. Presidente, quero dizer que oriento contrariamente aos requerimentos por acreditar que não nós podemos abrir mão, nesta Comissão, Presidente, de uma prerrogativa nossa. V.Exa. tem essa



prerrogativa de convocar, de requisitar um servidor de ofício, e não há nenhuma necessidade de nos submetermos agora a requerimento, criando um precedente para que todas as demais convocações tenham de ser feitas mediante votação de requerimento.

Eu acho de uma clareza cristalina esse argumento; acho que é um precedente desnecessário que se abriria nesta Comissão. De forma que não me posiciono, logicamente, contra a convocação e a requisição dos funcionários, que acho relevante a participação deles nos trabalhos desta CPI, mas acho que a forma é equivocada.

Dessa forma, então, encaminho contrariamente ao requerimento.

**O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA** - Para orientar, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcelo Castro) - Deputado Wolney Queiroz, o Plenário da CPI é soberano, o Plenário é quem decide.

Para orientar a Bancada do PMDB, Deputado Eduardo Cunha.

**O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA** - PMDB, PSC, PTC — é o Bloco.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcelo Castro) - O Bloco PMDB/PTB?

**O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA** - PMDB, PSC, PTC e PTB. É o Bloco.

É para orientar, e eu pediria o voto contrário, não por ser contra, como já falou o Deputado Wolney. Acho que V.Exa. está cumprindo o papel de ofício; eu acho que o Brigadeiro pode conversar com a Comissão se ele assim se dispuser. Enfim, não tenho nada contra a que venha, mas é ao princípio que eu sou contrário. Então, oriento o voto contrário.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcelo Castro) - Para orientar a bancada do PT, Deputado André Vargas.

**O SR. DEPUTADO ANDRÉ VARGAS** - Naturalmente, seguindo também esse raciocínio, guardando as prerrogativas do Sr. Presidente, o voto do PT é voto contra.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO** - Para encaminhar, Sr. Presidente.

**O SR. DEPUTADO NELSON MEURER** - Sr. Presidente, o Partido Progressista é contra.



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcelo Castro) - Deputado Meurer, para orientar a Bancada do Partido Progressista.

**O SR. DEPUTADO NELSON MEURER** - O Partido Progressista também vota contra.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO** - Para encaminhar, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcelo Castro) - Deputado José Carlos Araújo, para encaminhar pelo PR.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO** - Sr. Presidente, entendo a intenção do Deputado Vic de contribuir, mas entendo também, contra o argumento de V.Exa., que o Major-Brigadeiro continua servidor público. Não, ele é Major-Brigadeiro a vida inteira; agora, ele é inativo. E acho, por isso, Sr. Presidente, se perdurar essa coisa, todo mundo tem um amigo que é piloto, que é brigadeiro, que é coronel, que gostaria de estar na CPI. Todo mundo tem alguém. Então, se cada um for trazer um amigo para a CPI, um conhecido para a CPI - esse não era conhecido do Deputado Vic, mas é conhecido da Deputada Solange Amaral, que (*ininteligível*). Portanto, por essas razões todas, Sr. Presidente, encaminho o voto contra.

**O SR. DEPUTADO WOLNEY QUEIROZ** - Para encaminhar pelo Bloco, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcelo Castro) - Deputado José Carlos Araújo, o que falei foi apenas que o servidor inativo não deixa de ser servidor. Ele é um servidor público...

**O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO** - Já foi.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcelo Castro) - Não. Ele é servidor público. Se ele está trabalhando, ele está na atividade; se ele se aposentou, ele está na inatividade, mas não deixa de ser servidor.

**O SR. DEPUTADO WOLNEY QUEIROZ** - Para encaminhar pelo Bloco PCdoB/PSB/PDT.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcelo Castro) - V.Exa. já encaminhou.

**O SR. DEPUTADO WOLNEY QUEIROZ** - Voto contra.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcelo Castro) - Pois não.

Em votação os Itens 37 e 38 da pauta.



Os Srs. Deputados que os aprovam permaneçam como estão. *(Pausa.)*

Reprovado.

**O SR. DEPUTADO GUSTAVO FRUET** - Peço verificação, Sr. Presidente, como Vice-Líder.

**O SR. DEPUTADO VIC PIRES FRANCO** - Verificação, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcelo Castro) - Verificação concedida.

**O SR. DEPUTADO ANTONIO CARLOS MENDES THAME** - Sr. Presidente, gostaria de fazer uma questão de ordem.

Ouvi as colocações de V.Exa., alegando que cabe ao Presidente a prerrogativa de convocação desses funcionários.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcelo Castro) - Sem dúvida.

**O SR. DEPUTADO ANTONIO CARLOS MENDES THAME** - Permita-me, como uma questão de ordem, discordar, *data venia*, porque o art. 36 diz:

*Art. 36. A Comissão Parlamentar de Inquérito poderá, observada a legislação específica:*

*I - requisitar funcionários dos serviços administrativos da Câmara (...)"*

A Comissão; não é o Presidente. Há uma distinção muito clara. Tanto assim que o Presidente não pode inquirir testemunhas; quem pode inquirir é a Comissão. Portanto, quando diz o Regimento "Comissão Parlamentar de Inquérito", fica explícito que a competência é deste Plenário de decidir. Portanto, fez bem V.Exa. em deixar a decisão para o Plenário.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcelo Castro) - Deputado Mendes Thame, no que pese o apreço que todos temos por V.Exa., mas o art. 36, quando lemos seu *caput* completo, diz assim: "A Comissão Parlamentar de Inquérito poderá, observada a legislação específica". Esse "a legislação específica" é o quê da questão. A legislação específica dá poderes ao Presidente de fazer essas requisições. Esse é o problema.

**O SR. DEPUTADO VIC PIRES FRANCO** - Sr. Presidente, para acabar com isso, faça essa requisição agora e pronto.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcelo Castro) - Não, é matéria vencida e vamos à votação nominal.



Bloco PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC/PCdoB.

André Vargas.

**O SR. DEPUTADO ANDRÉ VARGAS** - Não.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcelo Castro) - Beto Mansur. Carlos Zarattini.

**O SR. DEPUTADO CARLOS ZARATTINI** - Não.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcelo Castro) - Eduardo Cunha.

**O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA** - Não, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcelo Castro) - José Carlos Araújo. Leonardo Quintão.

**O SR. DEPUTADO LEONARDO QUINTÃO** - Não, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcelo Castro) - Marcelo Castro, "sim". Marco Maia.

**O SR. DEPUTADO MARCO MAIA** - Sr. Presidente, voto "não" ao requerimento, achando, pelo mérito do requerimento e pela não-necessidade do requerimento. Depois quero discutir a necessidade da requisição do tal técnico do Tribunal de Contas. Mas tal entendimento...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcelo Castro) - Nelson Meurer.

**O SR. DEPUTADO NELSON MEURER** - "Não", Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcelo Castro) - Paes Landim. Pepe Vargas.

**O SR. DEPUTADO PEPE VARGAS** - Considerando que o Relator admite convocar posteriormente, voto "não", Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcelo Castro) - Quem convoca é o Sr. Presidente.

Pepe Vargas, "não". Wladimir Costa.

Bloco PSDB/Democratas/PPS. Antonio Carlos Mendes Thame. Geraldo Thadeu. Gustavo Fruet.

**O SR. DEPUTADO GUSTAVO FRUET** - Sim, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcelo Castro) - Solange Amaral. Vanderlei Macris. Vic Pires Franco.



**O SR. DEPUTADO VIC PIRES FRANCO** - Sr. Presidente, acompanho o raciocínio do Relator e voto "sim".

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcelo Castro) - S.Exa. não acompanha o voto, S.Exa. acompanha só o raciocínio. (*Risos.*)

Vitor Penido.

Bloco PSB/PDT/PCdoB/PMN/PAN.

Dr. Ubiali. Osmar Júnior. Wolney Queiroz.

**O SR. DEPUTADO WOLNEY QUEIROZ** - Não.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcelo Castro) - Deputado Fernando Gabeira, PV. PSOL, Deputada Luciana Genro.

Voltando ao Bloco PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC/PTdoB, há 3 vagas.

Deputado Eduardo Valverde. Deputado Edson Santos. Deputado Carlos Willian.

**O SR. DEPUTADO CARLOS WILLIAN** - Acompanhando o raciocínio do Relator e a orientação do Líder Eduardo, voto "não".

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcelo Castro) - Deputado Léo Alcântara. Deputado Filipe Pereira.

**O SR. DEPUTADO FILIPE PEREIRA** - "Não", Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcelo Castro) - Deputado Eduardo Valverde. Cândido Vaccarezza.

**O SR. DEPUTADO CÂNDIDO VACCAREZZA** - "Não".

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcelo Castro) - Deputado Cândido Vaccarezza, "não". Desculpe.

PSDB/Democratas/PPS. Há 3 vagas também.

Deputado Arnaldo Jardim.

**O SR. DEPUTADO ARNALDO JARDIM** - Pela participação e acompanhamento do Tribunal de Contas, voto "sim".

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcelo Castro) - Deputado Efraim Filho.

**O SR. DEPUTADO EFRAIM FILHO** - Voto "sim".

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcelo Castro) - Deputado Carlos Sampaio.

**O DEPUTADO EDUARDO VALVERDE** - Sr. Presidente, não votei.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcelo Castro) - Já chamo.



Ficou um Deputado sem votar, do Bloco PSDB/Democratas/PPS.

Bloco PSB/PDT/PCdoB/PMN/PAN. Deputado Miguel Martini não está.

PV, Fernando Gabeira. Fábio Ramalho.

PSOL, Deputado Ivan Valente.

**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** - "Sim".

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcelo Castro) - Foram 12 votos "não" e 8 votos "sim". Portanto, foi derrotado o requerimento.

Passemos então ao Item D da pauta - requerimentos de convocação.

Item 39.

Requerimento nº 56, de autoria do Sr. Deputado José Carlos Araújo, que requer que seja convidado, por intermédio do Comando da Aeronáutica, o Tenente-Brigadeiro Neimar Dieguez Barreiro, Secretário de Finanças da Aeronáutica, para prestar esclarecimentos sobre os assuntos pertinentes ao exercício de suas funções relacionadas com a execução orçamentária e financeira da infra-estrutura do controle do tráfego aéreo no contexto do objeto da investigação desta CPI.

Com a palavra o autor do requerimento, nobre Deputado José Carlos Araújo.

**O SR. DEPUTADO PEPE VARGAS** . Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcelo Castro) - Pois não.

**O SR. DEPUTADO PEPE VARGAS** - Para tentarmos agilizar nossos trabalhos, não seria possível adotarmos a seguinte sistemática? Está colocado aqui o requerimento. Antes de se fazer a defesa do requerimento para depois vermos se alguém vai encaminhar contrariamente, podemos fazer o processo inverso, ver se alguém é contra. Se ninguém é contra, já votaremos a favor, para agilizar, porque são vários requerimentos.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcelo Castro) - Mas dá no mesmo. É só os Parlamentares não quererem encaminhar.

Deputado José Carlos Araújo, com a palavra.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO** - Sr. Presidente, para ser rápido como sempre.

**O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA** - Sr. Presidente, vou abrir mão do encaminhamento de todos os meus.



**O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO** - O requerimento é auto-explicativo. Não é preciso entrar em maiores detalhes.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcelo Castro) - É verdade.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO** - Estamos falando em contenção.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcelo Castro) - É muito preciso o requerimento de V.Exa.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO** - Então, o requerimento está posto e peço aos colegas o voto. Creio que isso é importante para o trabalho desta Comissão. Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcelo Castro) - Para encaminhar o item 39, quem mais deseja falar? Sr. Relator.

**O SR. DEPUTADO MARCO MAIA** - Só faço uma observação, Sr. Presidente. Deliberamos aqui no primeiro dia que não faríamos convite, seriam todas convocações. Então só peço que façamos essa alteração para ter essa norma na Comissão, porque sabemos...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcelo Castro) - Tranquilo. Isso já está subentendido. Vai aprovado o que vier, mas só sai expediente de convocação.

Em votação o Item 39 da pauta.

Os Srs. Deputados que forem pela aprovação permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

**O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS** - Só quero dizer, Sr. Presidente, que louvo esta decisão de aprovarmos importante requerimento como esse, porque vamos analisar profundamente a parte financeira e, principalmente, a estruturação de toda a Aeronáutica do ponto de vista da estrutura.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcelo Castro) - Aí pode estar o "x" da questão.

**O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS** - Exatamente, Sr. Presidente. Louvo a decisão da CPI.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcelo Castro) - Item de número 40.



Requerimento nº 96/07, dos Srs. Deputados Ivan Valente e Luciana Genro, que requer a convocação do Tenente Antônio Robson Cordeiro de Carvalho, Chefe de Equipe de Supervisores do CINDACTA I em exercício no dia 29 de setembro de 2006.

Com a permissão de V.Exas., o item de número 42 vai conjugado.

Item 42.

Requerimento nº 157, de autoria da nobre Deputada Solange Amaral e Deputado Vic Pires Franco, que solicita, junto ao Ministério da Defesa, convocação do Chefe Geral da equipe do CINDACTA I no dia do acidente aéreo ocorrido no dia 29 de setembro de 2006 para prestar depoimento nesta CPI.

Item 43.

Requerimento nº 159/07, dos Srs. Deputados Vic Pires Franco e Solange Amaral, que solicitam junto ao Ministério da Defesa a convocação do responsável... Não, aqui já é outra coisa.

Então, em votação.

**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** - Sr. Presidente, o número 44 creio que é a mesma pessoa do número 42, só que nomeiei. É a mesma pessoa. Votação em bloco.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcelo Castro) - Então vamos colocar para encaminhamento de votação o item 40, o item 42... O número 41, não.

**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** - O número 41 é outra coisa.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcelo Castro) - O Item 42, que é o chefe da equipe; número 46... São os Itens 40, 42 e 44, que convocam o Tenente Antônio Robson Cordeiro de Carvalho, Chefe de Equipe dos Supervisores do CINDACTA I em exercício no dia 29 de setembro de 2006.

Para encaminhamento.

**O SR. DEPUTADO MARCO MAIA** - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcelo Castro) - Ah, não. O Item 44 é outra pessoa. Não dá certo. Só os Requerimentos nº 40 e 42.

Então para encaminhar... É outra pessoa, um aviador, Lúcio Ney Rivera.



**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** - *(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcelo Castro) - É o mesmo. Então números 40 e 42.

**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** - *(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcelo Castro) - Então números 40 e 42. Para encaminhar os Requerimento nº 40 e 42. Nobre Deputado Ivan Valente, se quiser encaminhar...

**O SR. DEPUTADO MARCO MAIA** - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem. Falo antes ou falo depois?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcelo Castro) - Pois não, pela ordem, Deputado. Fala depois.

Deputado Ivan Valente.

**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** - O Requerimento nº 40...

*(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcelo Castro) - Ah, é?

*(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)*

**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** - Eu estou entendendo aqui, Sr. Presidente... É diferente. O nº 40...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcelo Castro) - Não, senão vai fazer confusão. Vamos votar só o Requerimento nº 40, por favor. O item 40, que é de autoria dos Deputados Ivan Valente e Luciana Genro, porque tratam de coisas parecidas e faz confusão.

**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** - Queria colocar o seguinte. Ontem nós assistimos os depoimentos de todas as associações e sindicatos dos controladores, e pudemos ver a importância que têm não só o controlador como o supervisor de equipe, pessoas que estavam lá no dia do acidente. Inclusive, Sr. Presidente, o Requerimento nº 44, digo ao Relator, também é o comandante em chefe do CINDACTA no dia 29...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcelo Castro) - Vai ser votado também.



**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** - Exatamente. Então acho fundamental que o supervisor, que é quem exatamente tem melhores condições de verificar o conjunto das questões, seja convocado para a nossa CPI.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcelo Castro) - Quem mais quer encaminhar o Requerimento nº 40?

Com a palavra o Relator.

**O SR. DEPUTADO MARCO MAIA** - Queria pedir a atenção das Sras. e Srs. Deputados, porque nós teremos aqui um conjunto de requerimentos que serão aprovados e que dialogam, na sua grande maioria, com o acidente envolvendo o avião da Gol.

Qual é o problema que estou identificando aqui? Que iremos aprovar um conjunto de requerimentos; outros foram apresentados - este Relator mesmo apresentou, no dia de ontem, uma série de requerimentos; outros Deputados também apresentaram uma série de requerimentos fruto daquilo que nós ouvimos no dia de ontem por parte das lideranças dos controladores.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcelo Castro) - Peço silêncio e atenção, por favor.

**O SR. DEPUTADO MARCO MAIA** - Queria propor, Sr. Presidente, que nós votássemos os requerimentos que aqui estão; nós teremos outros requerimentos que terão que ser votados na próxima semana, mas que depois tivéssemos a sensibilidade de fazer uma conversa sobre efetivamente quem nós achamos, desses requerimentos, que devam vir a esta CPI já imediatamente para que se faça as oitivas, sob pena de nós ficarmos aqui com 15, 20 requerimentos envolvendo pessoas ligadas ao CINDACTA I, ao CINDACTA de Manaus, a São José dos Campos, a controladores, a supervisores, a comandantes e tal de equipe. E isso não vai se transformar, na minha avaliação, em forma produtiva para as investigações que nós estamos realizando.

Então, eu queria concordar com a aprovação dos requerimentos, fazendo com que isso, posteriormente, nos leve a um diálogo sobre, efetivamente, quem deva ser convocado para as oitivas aqui desta Comissão, sob pena de nós perdermos todo o nosso tempo discutindo única e exclusivamente o acidente envolvendo o avião da Gol. Então, se houver essa sensibilidade por parte de todas



as Sras. e Srs. Parlamentares, poderemos votar os requerimentos e, depois, fazer essa análise de quem efetivamente deva ser convocado.

Era isso, Sr. Presidente,

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcelo Castro) - Deputado Marco Maia, estamos de pleno acordo. A nossa idéia é exatamente esta: aprovar o maior número de requerimentos que pudermos; ficaremos então com a prateleira de requerimentos e, de comum acordo, vamos chamando aqueles que obedeçam uma seqüência lógica. Evidentemente, talvez a gente não ouça todas as pessoas que vamos aprovar aqui.

Em votação o requerimento dos nobres Deputados Ivan Valente e Luciana Genro.

**O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA** - Sr. Presidente, peço a palavra para um encaminhamento rápido.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcelo Castro) - Pois não, Deputado Eduardo Cunha.

**O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA** - Não tenho nada contra o requerimento. Eu também não gosto de falar na ausência de ninguém, porque não é elegante, mas não posso perder o momento.

Ontem, nesta Comissão, eu quase — expressão, claro, não chegou a esse ponto, mas brincando — apanhei por querer o nome dos controladores que estavam de serviço no dia do acidente, 29 de setembro. Aí assisto, com muita alegria, que a Deputada Luciana Genro é autora do requerimento convocando o chefe do dia. Então, ou ela estava com uma posição anterior e mudou ontem, ou ela tornou a mudar a posição para hoje.

Fico feliz. Sou favorável ao requerimento. E é bom registrar isso, que as pessoas podem evoluir ou ter posições divergentes, e peço desculpas por falar na sua ausência.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcelo Castro) - Pois, não.

Em votação o Item 40 da pauta.

Os Srs. Deputados que são favoráveis permaneçam como estão. *(Pausa.)*

Aprovado.

Item 41.



Requerimento nº 154/07, de autoria dos Srs. Deputados Vic Pires Franco e Solange Amaral, que requisita, junto ao Ministério da Defesa, a listagem dos supervisores das áreas de controle de voo do CINDACTA I, no dia 29 de setembro de 2006, e convoca os respectivos supervisores para prestarem depoimento nesta CPI.

**O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA** - Essa parte do requerimento, Sr. Presidente, tem que ser retirada, a menos que ele nomine, faça o requerimento individualizado de nome, para cumprir o Código de Processo Penal. Não é que sejamos contra, não. Eu até apresentei requerimento, que não está na pauta de hoje, para convocar os que eu já conhecia o nome. Mas não podemos convocar genericamente ninguém. Tem que ser nominado, em um requerimento próprio e individualizado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcelo Castro) - V.Exa. tem razão, Deputado.

Então, fica prejudicado. Retirado de pauta.

**O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA** - Não, V.Exa., se quiser, pode retirar essa parte do requerimento e aprovar a outra.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcelo Castro) - Ah, sim. Retirada só a convocação.

**O SR. DEPUTADO ANDRÉ VARGAS** - Isso, só a questão da convocação.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcelo Castro) - A convocação dos respectivos. Então, fica o pedido da listagem.

Então, em votação o Item 41 da pauta.

Os Srs. Deputados que forem favoráveis permaneçam como estão. *(Pausa.)*

Aprovado.

Item 42.

Requerimento nº 157/07, de autoria dos Srs. Deputados Solange Amaral e Vic Pires Franco, que solicita, junto ao Ministério da Defesa, a convocação do Chefe Geral da equipe do CINDACTA I, no dia do acidente aéreo ocorrido em 29 de setembro de 2006, para prestar depoimento nesta CPI.

**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** - Sr. Presidente, novamente peço a V.Exa...



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcelo Castro) - Não tem também?

**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** - Esse requerimento é igual ao que apresentei, ao 44. São pessoas diferentes?

**O SR. DEPUTADO MARCO MAIA** - São diferentes.

**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** - Não, não, 42 e o 44.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcelo Castro) - É.

**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** - O do Vic Pires Franco está falando “Chefe Geral da equipe do CINDACTA no dia do acidente”. Eu estou aqui com o que requer a convocação do “Coronel Chefe Comandante do CINDACTA”. Só que eu dou o nome. É o nome. É isso.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcelo Castro) - Então, é o seguinte. Nós vamos colocar em votação os Requerimentos nºs 42 e 44, conjuntamente, por se tratar da mesma pessoa.

**O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA** - Sr. Presidente, o Item 42 se se tratar da mesma pessoa, tudo bem, mas senão, o Item 42, como não está nominado, é o mesmo princípio anterior: não podemos votar requerimento...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcelo Castro) - Não, mas aqui, Deputado, está claro: está dizendo o chefe do CINDACTA I. Então, o chefe do CINDACTA...

**O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO** - O comandante do CINDACTA I. O chefe geral, que é chefe geral?

**O SR. DEPUTADO MIGUEL MARTINI** - Sr. Presidente, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcelo Castro) - Pelo amor de Deus...

**O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA** - Se o Deputado Vic Pires Franco entender que está atendido pela convocação do Requerimento nº 44, pode fundir os requerimentos e tudo bem.

**O SR. DEPUTADO MIGUEL MARTINI** - São pessoas diferentes.

**O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA** - Senão vai ter que requerer e nominar. Não tem...

**O SR. DEPUTADO MIGUEL MARTINI** - São pessoas diferentes.

**O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA** - Não existe esse cargo “chefe geral de equipe”. Se existisse precisamente... Se eu convocar o comandante da Aeronáutica, existe o Comandante da Aeronáutica. Esse cargo, não sei se existe.



**O SR. DEPUTADO MIGUEL MARTINI** - Um é o responsável, desculpe-me, pela sala no dia; outro é o que está comandando o CINDACTA. São duas pessoas diferentes.

**O SR. DEPUTADO VIC PIRES FRANCO** - Na sala do dia.

**O SR. DEPUTADO MIGUEL MARTINI** - Na sala do dia é uma coisa. Agora, o Comandante do CINDACTA é outra coisa.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcelo Castro) - Não, mas não é isso.

**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** - As duas estão valendo.

**O SR. DEPUTADO MIGUEL MARTINI** - Mas, então, o Requerimento nº 44 não está correto na convocação.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcelo Castro) - Não, o 44 não tem dúvida.

**O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA** - Mas ele já disse que se considera atendido pelo 44, podemos fundir e votar. Se ele decidir, depois ele convoca. Não é nada contrário, é só formalismo.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcelo Castro) - Então, eu vou colocar em votação os Itens 42 e 44 da pauta.

Os Srs. Deputados que forem...

**O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO** - Se são pessoas diferentes?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcelo Castro) - Como?

**O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO** - Se são pessoas... Não. É a mesma pessoa.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcelo Castro) - A mesma pessoa.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO** - Não é pessoa diferente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcelo Castro) - A mesma pessoa. Nós estamos convocando o Coronel Aviador Lúcio Ney Rivera da Silva.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO** - Pronto. É isso aí.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcelo Castro) - Srs. Deputados que aprovam os Itens 42 e 44 permaneçam como estão. *(Pausa.)*

Aprovado.

Vamos ao Item 43 da pauta.

Requerimento nº 159, de autoria dos Srs. Deputados Solange Amaral e Vic Pires Franco, que solicita, junto ao Ministério da Defesa, a convocação do



responsável pelo Centro de Controle de Área — ACC, no dia do acidente aéreo ocorrido no dia 29 de setembro de 2006 para prestar depoimento nesta CPI.

**O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA** - É o mesmo caso. Ou nomina; ou, então, tira e nomina na outra, para ser correto. Nada contra o requerimento, mas é preciso nominar. Senão vai ficar...

**O SR. DEPUTADO NELSON MEURER** - Vota separado.

**O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA** - Tendo o nome para acrescer ao relatório agora, acresce. Se não tem o nome, vamos requerer o nome.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcelo Castro) - Não, não retira não. Aqui está claro o que ele quer. O Deputado Vic Pires e a Deputada Solange Amaral solicitam, junto ao Ministério da Defesa, a convocação do responsável pelo Centro de Controle de Área — ACC, no dia do acidente aéreo ocorrido no dia 29 de setembro. Na hora de fazer o requerimento, que eu vou assinar, aí a assessoria vai me dizer quem é a pessoa, e nós vamos...

**O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO** - É de Brasília ou é de Manaus?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcelo Castro) - Daqui, de Brasília.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO** - Onde é que está escrito isso?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcelo Castro) - Pelo amor de Deus...

**O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA** - Sr. Presidente, eu só farei uma observação. Se estivéssemos tratando de uma testemunha qualquer, que não fosse ter qualquer consequência o seu depoimento, eu acho que não haveria nenhum problema. Esse caso é relevante. Isso pode gerar... É uma pessoa que pode se tornar investigada ao invés de testemunha. Então, tem que se cumprir um rito.

Eu acho que nós não podemos fugir de um rito. Que se nomine e vote na outra semana. Não vai tomar o depoimento dele até a semana mesmo. Fazer a coisa... É o Código de Processo Penal, vamos tentar cumpri-lo. Eu acho que, na ânsia de querer aprovar tudo...

O Deputado Vic está entendendo que não há oposição ao requerimento. Nós estamos querendo fazer a coisa de uma forma correta.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcelo Castro) - Deputado Eduardo, tudo bem... *(Pausa.)*



**O SR. DEPUTADO NELSON MEURER** - Presidente, o 42 é o chefe geral da equipe do CINDACTA I no dia do acidente. O 44 é o Comandante do CINDACTA I em exercício no dia 29 de setembro. É bem diferente. São duas pessoas: uma é o Comandante Geral no dia do acidente; e a outra é o chefe da equipe no dia do acidente. São duas pessoas diferentes.

**O SR. DEPUTADO MARCO MAIA** - Deputado Vic Pires já disse que se dá por satisfeito.

**O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA** - Já concordou. Se dá por satisfeito. O autor concordou com o nome do 44. Por isso é que ele fundiu. O autor aceitou o Coronel do 44.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO** - É matéria vencida. Já foi votada.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcelo Castro) - Então, o requerimento de nº 43, se houver concordância de V.Exas, nós vamos saltar. Não vamos votar agora. E, com a concordância de todos, depois a gente volta para votar.

Item 45.

Requerimento de número 115/07, do Sr. Eduardo Cunha, que requer a convocação de representantes de entidades ligadas ao setor aéreo: Sr. José Márcio Monsão Mollo, Diretor-Presidente do SNEA — Sindicato Nacional das Empresas Aeroviárias.

Com a palavra o nobre autor do requerimento, Deputado Eduardo Cunha.

**O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA** - Sr. Presidente, eu vou deixar de encaminhar do item 45 ao item 51, de que sou o autor. Queria dizer que esses são requerimentos que foram deliberados pelo PMDB - não são nem de autoria pessoal minha. O PMDB, quando começou a CPI, achou por bem que tinha que ter oitivas e me pediu que apresentasse os requerimentos, e eu os apresentei.

Eles são auto-explicativos e peço o apoio dos colegas. Obviamente, depois vamos sentar com o Relator, com o Presidente, e vamos ver o cronograma daquilo que é possível. Então, eu vou deixar de encaminhar, por economia de tempo, todos, do 45 ao 51, e peço o apoio.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcelo Castro) - Para encaminhar o requerimento... *(Pausa.)*



Em votação o requerimento.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como estão. *(Pausa.)*

Aprovado o item 45.

Item 46 da pauta.

Requerimento de nº 117/07, de autoria do Sr. Deputado Eduardo Cunha, que requer a convocação de representantes de entidades ligadas ao setor aéreo: Sra. Graziela Baggio...

**O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO** - Vota em bloco até o 51.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcelo Castro) - ..Presidente do Sindicato Nacional dos Aeronautas.

Para encaminhar o requerimento, o autor do requerimento, nobre Deputado Eduardo Cunha.

**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** - Ele pediu que fossem em bloco.

**O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA** - Já abri mão, Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcelo Castro) - Então, alguém mais, para encaminhar o requerimento? *(Pausa.)*

Não havendo que não queira encaminhá-lo, em votação.

Os senhores deputados que o aprovam permaneçam como estão. *(Pausa.)*

Aprovado o Item nº 46 da pauta.

Item nº 47.

Requerimento nº 118/07, de autoria do Sr. Deputado Eduardo Cunha, que requer a convocação de representantes de entidades ligadas ao setor aéreo: Comandante Célio Eugênio de Abreu Júnior, do SNEA, especialista em segurança de vôo.

Não havendo que não queira encaminhá-lo, em votação.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como estão. *(Pausa.)*

Aprovado.

Item nº 48 da pauta.

Requerimento nº 119, de autoria do Sr. Deputado Eduardo Cunha, que requer a convocação de representantes de entidades ligadas ao setor aéreo, Sra. Selma Balbino, Presidente do Sindicato Nacional dos Aeronautas.

Não havendo que não queira encaminhá-lo, em votação.



Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como estão. *(Pausa.)*

Aprovado.

Item nº 49.

Requerimento nº 120/07, de autoria do Exmo. Sr. Eduardo Cunha, que requer a convocação de representantes de entidades ligadas ao setor aéreo, Sr. Rui Thomaz de Aquino, Presidente da ABAG, Associação Brasileira de Aviação Geral.

Não havendo que não queira encaminhá-lo, em votação.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como estão. *(Pausa.)*

Aprovado.

Item nº 50.

Requerimento nº 121/07, de autoria do Exmo. Sr. Eduardo Cunha, que requer a convocação de representantes de entidades ligadas ao setor aéreo, Sr. Eduardo Ferraz Vaz, Presidente da SNETA - Sindicato Nacional das Empresas de Taxi Aéreo.

Não havendo que não queira encaminhá-lo, em votação.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como estão. *(Pausa.)*

Aprovado o Item nº 50 da pauta.

Item nº 51.

Requerimento nº 122/07, de autoria do Exmo. Sr. Eduardo Cunha, que requer a convocação de representantes de entidades ligadas ao setor aéreo, Sr. Alfredo Rodriguez, Presidente da JURCAIB - Junta de Representantes das Companhias Aéreas Internacionais no Brasil.

Não havendo que não queira encaminhá-lo, em votação.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como estão. *(Pausa.)*

Aprovado o Item nº 51.

Item nº 52 da pauta.

Requerimento nº 150/07, de autoria do Deputado Ivan Valente e da Deputada Luciana Genro, que requer a convocação do Sr. Vinícius Lanzoni Gomes, analista do ICEA.

Com a palavra, o autor do requerimento, Deputado Ivan Valente.



**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, fiz essa requisição porque esse cidadão é um militar com 30 anos de Aeronáutica, formulador, engenheiro aeronáutico e engenheiro informático.

Ele foi convocado, em 1978, pelo ICEA — Instituto de Controle do Espaço Aéreo — para elaborar o programa de previsibilidade futuro da Aeronáutica brasileira. Trabalharam dois anos e meio em cima desse *software*, e é muito importante que o conheçamos. Posteriormente, a Aeronáutica passou a uma empresa a continuidade desse trabalho de *software*, que até hoje não está concluído. E é exatamente esse sistema que foi feito por engenheiros de São José dos Campos, ligados ao ICEA, que não teve continuidade.

Isso aqui seria uma garantia de previsibilidade e segurança. Igualaria o Brasil ao EUROCONTROL, da Europa, e ao sistema americano de controle. Vejo como da maior importância em termos de segurança aérea o depoimento desse especialista.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcelo Castro) - Sem dúvida, nobre Deputado.

Não havendo que não queira encaminhá-lo, em votação.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovado o Item nº 52 da pauta.

Os Itens 53 e 54 são idênticos.

O Item nº 53.

Requerimento nº 169/07, de autoria do Deputado Carlos Willian, que, nos termos do § 3º do art. 58 da Constituição Federal, da Lei nº 1.579, de 1952, e dos demais dispositivos regimentais, solicita a convocação do Sr. W. James McNerney Jr., Presidente Mundial da Boeing, e ou seu representante legal no Brasil.

Item nº 54.

Requerimento nº 189/07, de autoria do Deputado Edson Santos, que requer à Presidência desta Comissão a convocação do Sr. W. James McNerney Jr., Presidente Mundial da Boeing S.A., para prestar depoimento.

São diferentes os requerimentos.

Para encaminhar o de nº 53 apenas.

**O SR. DEPUTADO MIGUEL MARTINI** - Sr. Presidente, não quero encaminhar, mas gostaria de ouvir do Sr. Deputado Carlos Willian a motivação,



porque eu não percebi porque é importante ouvir a Boeing. Então, gostaria de ouvir o autor, só para me convencer.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcelo Castro) - Se o Deputado Carlos Willian se dispuser, com a palavra.

**O SR. DEPUTADO CARLOS WILLIAN** - Sr. Presidente, nós convocamos o representante da EMBRAER, que é a fabricante do Legacy — e já foi aprovado por esta Comissão. Para que possamos dar o mesmo tratamento a todas as pessoas envolvidas, estamos também convocando o Presidente da Boeing.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcelo Castro) - Perfeito.

Deputado Miguel Martini, para encaminhar.

**O SR. DEPUTADO MIGUEL MARTINI** - Eu não vejo problema maior na convocação. Só acho que temos um excessivo número de convocações que, certamente, vai ser priorizado. O Presidente da Gol já foi convocado, e virá dar o seu depoimento. Nada, em nenhum dos processos de investigação, em nenhum momento, se sugere qualquer erro, defeito, problema com a aeronave Boeing da companhia Gol. O Legacy, o fato de ser a EMBRAER, é porque teve alguém que falou contra ela, pois foi quem fabricou o Legacy, que está aparecendo em todo o momento culpado ou não, responsável ou não, como um dos responsáveis.

Então, eu, de fato, não tenho nada contra; eu posso aprovar esse requerimento, mas, certamente o Relator e o Presidente farão uma listagem de ordem de prioridade, porque eu vejo que ele não é prioritário. E não é um tratamento necessariamente igualitário, quem fabricou um e quem fabricou o outro, porque, como foi dito ontem, aqui, em nenhum momento, a única vítima de tudo e que não há responsabilidade, erro, falha, culpa nenhuma é a aeronave e os pilotos da Gol, até porque foram os acidentados.

Então, é nesse sentido que não vejo como prioritário, e há outros muito mais importante para nós ouvirmos.

Este é o meu pensamento. Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcelo Castro) - Para encaminhar o Deputado Vanderlei Macris.

**O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS** - Nada a questionar sobre o mérito, mas, na mesma linha do Deputado Eduardo Cunha, eu gostaria de sugerir



que nós retirássemos a parte final do requerimento num destaque: “*e ou seu representante legal no Brasil*”. No caso, não há identificação de quem seria. Portanto, ficaríamos apenas com a convocação do Presidente Mundial da Boeing.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcelo Castro) - Com a palavra o nobre Deputado Eduardo Cunha.

**O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA** - Sr. Presidente, o Deputado Vanderlei Macris está correto pelo mesmo princípio, mas eu queria encaminhar favoravelmente por uma razão muito simples. Essa foi uma decisão da nossa primeira discussão na Comissão. Não temos que ter isonomia num tratamento de um fato investigatório. Nós acreditamos que não tem nada no Boeing da Gol, mas não podemos prejudicar. Se nós já entrarmos prejudicando que tem na Boeing, vamos prejudicar que tem na EMBRAER, porque não teve na Boeing — só convocamos a EMBRAER porque o Legacy tem problema. Sabemos que o problema pode não ter sido o Legacy, pode ter sido o piloto, pode ter sido *transponder*, que não funcionou, porque não é de fabricação da EMBRAER. Mas, ao mesmo tempo, nós precisamos ter a condição de mostrar pelos atos processuais que todos foram ouvidos.

Eu acho que o depoimento da Boeing é prioritário, mais prioritário do que todos os requerimentos que eu mesmo apresentei aqui e aprovei, porque faz parte de um ato processual que todos os envolvidos no acidente sejam ouvidos. Então, eu acho que é prioritário, deve ser aprovado e deve ser marcado com precedência sobre até dos requerimentos que eu apresentei.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcelo Castro) - Então, em votação o Item 53 da pauta.

**O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS** - Queria apresentar um destaque, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcelo Castro) - Não. Já apresentado. Já vou falar.

Excetuando a parte final: “*e ou seu representante legal no Brasil*”.

Em votação.

Os Srs. Deputado que o aprovam permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovado.



**O SR. DEPUTADO ANDRÉ VARGAS** - Ficou idêntico, portanto, ao próximo. Considere-se votado o 54, naturalmente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcelo Castro) - Então, está aprovado também o 54, que trata do mesmo assunto.

Item 55 da pauta.

**O SR. DEPUTADO ANDRÉ VARGAS** - Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcelo Castro) - Pois não, nobre Deputado.

**O SR. DEPUTADO ANDRÉ VARGAS** - Eu não tenho prerrogativa, mas o Deputado Eduardo Valverde me solicitou verbalmente, não sei como seria, que fosse retirado de pauta. S.Exa. é nosso suplente, é suplente do nosso partido. Então, ele está aqui numa outra audiência pública. Não sei se seria regimental, se nós poderíamos fazê-lo. Ele solicitou que fosse retirado para que não fosse debatido.

**O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA** - V.Exa. pode retirar pela ausência do autor do requerimento.

**O SR. DEPUTADO ANDRÉ VARGAS** - Então, era isso, Sr. Presidente.

**O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA** - A ausência do autor pode impedir a apreciação, se não houver outro subscritor.

**O SR. DEPUTADO ANDRÉ VARGAS** - Era isso que solicitaria, Sr. Presidente, com a anuência verbal, aqui.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcelo Castro) - O nosso consultor Sílvio me socorre aqui dizendo que, para retirar de pauta, precisa ser votado pelo Comissão.

**O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA** - Mas V.Exa. pode retirar de ofício pela ausência do autor, se assim o entender. O autor não está presente no recinto.

**O SR. DEPUTADO EFRAIM FILHO** - A justificação do autor é para discutir . Se o Plenário adotar...

**O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO** - Se V.Exa. me permitir aí a palavra, eu posso trazer algumas coisas.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcelo Castro) - Tem a palavra o nobre José Carlos Araújo com a palavra.



**O SR. DEPUTADO EFRAIM FILHO** - Quem tem de dar a palavra é o Presidente.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO** - Esse Requerimento nº 55, do Deputado Valverde, pelo que eu entendo está amplamente contemplado no nosso Requerimento nº 56. O que S.Exa. quer é a execução financeira, que venha aqui. Só trocou o nome.

Agora, está uma coisa difícil saber quem fala sobre informações sobre execução orçamentária no espaço aéreo brasileiro. Está difícil.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcelo Castro) - Deputado, V.Exa. poderia repetir, por favor?

**O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO** - Primeiro, está contemplado o que S.Exa. quer. Eu entendo que o 55 está contemplado com o nº 56, o Item 39.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcelo Castro) - Espera aí. O Item 39 contempla...

**O SR. DEPUTADO ANDRÉ VARGAS** - Pela ordem, Sr. Presidente. Nós já estamos discutindo. Vamos dar o encaminhamento de retirada de pauta apenas e se resolve. Houve uma solicitação minha de retirada de pauta.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO** - Vamos resolver o problema da retirada de pauta mostrando que o requerimento é o mesmo, está contemplado.

**O SR. DEPUTADO ANDRÉ VARGAS** - Certo. Mas não queremos derrotar o requerimento; nós queremos apenas retirar de pauta.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcelo Castro) - Tranquilo. Então, uma vez que o autor propõe a retirada do requerimento, para seguir o rito.

Vamos então colocar em votação.

Os Srs. Deputado que concordam com a retirada do Item 55 permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Quer encaminhar?

**O SR. DEPUTADO ANDRÉ VARGAS** - Votou contra, já. Só votou.

**O SR. DEPUTADO GUSTAVO FRUET** - Esse requerimento é bom?

**O SR. DEPUTADO ANDRÉ VARGAS** - É o mesmo.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcelo Castro) - Então, aprovada a retirada de pauta.



Vamos ao Item 56.

Requerimento nº 194/07, de autoria dos Srs. Deputados Ivan Valente e Luciana Genro, que solicita, nos termos do art. 58, § 3º da Constituição Federal, e do art. 2º da Lei nº 1.579, de 1952, e do art. 36 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, solicita a oitiva do Sr. Christoph Gilgen, suíço, representante da IFACTA - Federação Internacional de Controladores de Tráfego Aéreo - para que, sob compromisso, esclareça sobre as causas, conseqüências e responsáveis pela crise do setor aéreo brasileiro.

Para encaminhar o requerimento, concedo a palavra ao autor, Deputado Ivan Valente.

**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** - Sr. Presidente, acho que esse requerimento fala por si só. A IFACTA já esteve, aqui, após o acidente. Inclusive, tem um relatório, a que o CENIPA também teve acesso e, possivelmente, tirou daí algumas recomendações. Temos que ter também medidas comparativas internacionais de segurança de vôo.

Então, eu entendo que essa convocação é primordial para analisarmos o nível de segurança de vôo no Brasil.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcelo Castro) - Para encaminhar o requerimento o Deputado Miguel Martini.

Para esclarecer, Deputado, como se pronuncia seu sobrenome?

**O SR. DEPUTADO MIGUEL MARTINI** - "Martini", desde que termine com "ni"

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcelo Castro) - Tudo bem, "Martini"

**O SR. DEPUTADO MIGUEL MARTINI** - É igual à bebida: branca, doce e seca.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcelo Castro) - Eu venho chamando V.Exa. de "Miguel Martini", mas alguém já chamou de "Miguel Martiny", aí eu fiquei...

**O SR. DEPUTADO ANDRÉ VARGAS** - É branca, doce e ...?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcelo Castro) - Agora está esclarecido.

**O SR. DEPUTADO MIGUEL MARTINI** - É igual à bebida "Martini", é italiano.

**O SR. DEPUTADO ANDRÉ VARGAS** - É branca, doce e ...?

**O SR. DEPUTADO MIGUEL MARTINI** - Mas a maioria chama de Martins ou Martine ou Martinho, e nenhum deles é correto, só Martini.



**O SR. DEPUTADO ANDRÉ VARGAS** - Perfeito.

**O SR. DEPUTADO MIGUEL MARTINI** - Eu queria só fazer esse encaminhamento favorável e mais uma vez reafirmar o que disse anteriormente do que eu considero menos relevante. A convocação do Presidente da Gol é muito mais relevante. Autoridades como essas, pessoas que estão envolvidas, podem nos trazer informações, como esse caso da IFACTA, como é o caso da OACI, que vamos votar logo a seguir os 2 requerimentos.

Então, eu tenho certeza e eu espero que o Relator e o Presidente façam essa ordem de prioridades, para que possamos ter o maior ganho na Comissão. Encaminho favorável.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcelo Castro) - Para encaminhar o requerimento.

**O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA** - Para encaminhar, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcelo Castro) - Deputado André Vargas, por favor.

**O SR. DEPUTADO ANDRÉ VARGAS** - Encaminhamos favoravelmente. Acho que seria importante, já que vários relatórios são lidos aqui em relação a esses organismos e balizam um pouco alguns depoimentos. Então, somos favoráveis.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcelo Castro) - Deputado Eduardo Cunha.

**O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA** - Sr. Presidente, encaminho favoravelmente e, ao mesmo tempo, volto a dizer que aqui obviamente existem prioridades que têm que ser estabelecidas. Nós já concordamos com isso e estamos todos dispostos. Mas há situações que não é questão de ato discricionário; é ato processual. Ou a gente cumpre os atos processuais da Comissão, daquilo que são os objetivos, ou então nós vamos estar escolhendo a quem investigar ou a quem ouvir.

Então, eu pediria... Estou disposto sempre a participar, que a gente possa ter o bom trabalho das Comissões, mas há depoimentos que são imprescindíveis terem a sua prioridade. E eu pediria ao Relator e ao Presidente que observassem essa prioridade, para que nós observássemos o Código de Processo Penal.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcelo Castro) - Sem nenhuma dúvida, Deputado.



Item 57. Requerimento nº 198, de autoria do Sr. Deputado Pepe Vargas, que “*requer que sejam ouvidos os Srs. Taieb Chérif e Cirilo Ramos, respectivamente Secretário Geral e representante brasileiro na OACI (Organização de Aviação Civil Internacional)*”.

Com a palavra o autor do requerimento, o nobre Deputado Pepe Vargas. (Pausa.)

Para quem queira encaminhar.

**O SR. DEPUTADO MIGUEL MARTINI** - Eu quero encaminhar, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcelo Castro) - Deputado Miguel Martini, para encaminhar.

**O SR. DEPUTADO MIGUEL MARTINI** - A Organização de Aviação Civil Internacional é o organismo que regula o tráfego aéreo no mundo inteiro. Portanto, ela é muito mais prioritária do que a convocação, por exemplo, do Presidente da Boeing. Então, eu considero que o Presidente da Boeing não tem muita importância nessa convocação, em último lugar, até porque, em nenhum relatório feito nem pelo CENIPA nem pelos organismos, em nenhum momento a Boeing está sob suspeita.

**O SR. DEPUTADO ANDRÉ VARGAS** - Sr. Presidente, para encaminhar.

**O SR. DEPUTADO CARLOS WILSON** - Sr. Presidente, para encaminhar.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcelo Castro) - Nobre Deputado André Vargas.

**O SR. DEPUTADO ANDRÉ VARGAS** - O Deputado Pepe Vargas é do meu partido e também tem o mesmo sobrenome que eu. Então vou falar pelo autor aqui. (Risos.)

Veja bem, a ordem, Deputado Martini, vai ser definida de forma harmônica pelo Relator e o Presidente, na prerrogativa do Presidente.

Então, acredito que seja importante votar “sim” nesse requerimento.

**O SR. DEPUTADO CARLOS WILLIAN** - Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcelo Castro) - Nobre Deputado Carlos Willian.

**O SR. DEPUTADO CARLOS WILLIAN** - Sr. Presidente, eu fiz o requerimento, apoiei a convocação do presidente da Gol, da mesma forma, o do



presidente da Boeing. Temos que dar tratamento igualitário para todos eles. Ocorre que o Deputado Miguel Martini, pela quarta vez, “destemporaneamente”, fora do encaminhamento dos requerimentos em epígrafe, fica insistindo que não há necessidade da convocação do presidente da Boeing e ainda querendo colocar o Relator e o Presidente, induzi-los a erro, dizendo que V.Exa. não deve convocá-los na ordem de prioridade. E isso é estritamente trabalho pessoal de V.Exa.

Se, por um acaso, o Deputado Miguel Martini insistir mais uma vez em que não deva convocar o presidente da Boeing, eu vou achar que tem jabuti nesse mato.

**O SR. DEPUTADO MIGUEL MARTINI** - Questão de ordem, Presidente, para contrapor.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcelo Castro) - Pois não. V.Exa. foi citado e tem o direito de usar da palavra.

Com a palavra o Deputado Miguel Martini.

**O SR. DEPUTADO MIGUEL MARTINI** - O Deputado Carlos Willian deve ter tentado se expressar e deve ter desejado dizer extemporaneamente, porque o “destemporaneamente”, eu não sei qual o significado que ele quis dar a isso, mas o “extemporaneamente” talvez seja.

Eu votei favorável à convocação do Presidente da Boeing. Eu só fiz a ressalva de que esta CPI tenha um prazo definido para apresentar o relatório. Em razão da exigüidade do tempo e do excesso... Veja que nós ouvimos, se não me engano, o quarto convidado. Temos oitava às terças e quintas-feiras e não dá mais de 1 ou 2 pessoas, no máximo. Quer dizer, o que defendo é que os depoentes, aqueles convocados a virem aqui, que eles realmente possam contribuir para o Relator, para os Deputados terem essa informação.

Uma vez que a Boeing foi vítima e que em nenhum momento, em nenhuma das investigações feitas, nos 41 fatores — que parece que já identificaram — causadores, em nenhum momento ela é citada; e que o Presidente da empresa que é dona do avião, ou, enfim, que administrava o avião, virá aqui para convocação, é só uma questão de prioridade. Então, ela não é extemporânea. Agora se for “destemporânea”, queria saber qual o significado.



É por essa razão apenas que eu fiz esse registro porque fui contraditado e quis manter minha posição. Não quero influir em absolutamente nada, mas quero apenas manter coerência.

E aprovei o requerimento de convocação do Presidente da Boeing. Só fazendo esse registro da questão. Quando foi dito que ele é prioritário, isso que tem me preocupado, porque não creio que ele seja prioritário para a oitava. É nesse sentido.

**O SR. DEPUTADO CARLOS WILLIAN** - Sr. Presidente, convocando ou não o Presidente da Gol, para mim foi muito importante pela aula de português que o nobre Deputado me deu ao corrigir-me. Peço desculpas pela minha ignorância e agora aprendi a palavra certa. Muito obrigado.

**O SR. DEPUTADO MIGUEL MARTINI** - Não fiz nenhuma correção, Sr. Presidente; quis entender o que ele quis dizer com “destemporâneo”, porque pode ter significado diferente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcelo Castro) - Vamos colocar em votação o item 57.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como estão.

Aprovado o item 57.

Volto ao item 56, que o Márcio me chama a atenção, porque parece que eu não disse que tinha sido aprovado.

Então, aprovado também o item 56 da pauta.

Por último, o item 58. Não, por último não; ainda tem outro.

Item 58. Requerimento nº 223/07, de autoria da Deputada Solange Amaral e outros que *“solicita a convocação do Sr. Elyseu Filho representando a Organização de Aviação Civil Internacional (OACI) no Brasil, para prestar depoimento nesta CPI”*.

Para encaminhar o requerimento. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira encaminhá-lo, em votação.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

*(Pausa.)*

APROVADO o item 58 da pauta.

**O SR. DEPUTADO VIC PIRES FRANCO** - Sr. Presidente, pela ordem.



**O SR. DEPUTADO LEONARDO QUINTÃO** - Sr. Presidente, o Requerimento nº 58 trata da mesma organização, com Presidentes diferentes. Como é que fica?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcelo Castro) - Agora, nós saltamos aqui o item 43.

Deputado Vic Pires Franco, conseguiu o nome da pessoa?

**O SR. DEPUTADO VIC PIRES FRANCO** - Já está aí, Presidente. Eu só peço que V.Exa. não encerre a sessão antes de atender à minha questão de ordem.

**O SR. DEPUTADO GUSTAVO FRUET** - Da mesma forma eu me inscrevo, Sr. Presidente, por 1 minuto.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcelo Castro) - Muito bem. Então, vamos colocar em votação o item 43 da pauta, Requerimento nº 159, de autoria da Deputada Solange Amaral e do Deputado Vic Pires Franco, que solicita, junto ao Ministério da Defesa, a convocação do responsável pelo Centro de Controle de Área — ACC, no dia do acidente aéreo ocorrido em finais de outubro para prestar depoimento a esta CPI, que o nome dele é o Tenente Antonio Robson Cordeiro de Carvalho. Já tinha sido aprovado.

Então, para discutir o requerimento. *(Pausa.)*

Para encaminhar.

Em votação.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.  
*(Pausa.)*

APROVADO também o item 43 da pauta.

Para uma questão de ordem, Deputado Vic Pires Franco com a palavra.

**O SR. DEPUTADO VIC PIRES FRANCO** - Sr. Presidente, eu consegui aqui as 8 assinaturas necessárias para um extrapauta, para um requerimento de convocação extrapauta nº 84, que seria a convocação do Tenente-Brigadeiro do Ar Luiz Carlos Bueno, ex-Comandante da Aeronáutica, para prestar depoimentos aqui.

Mas a Mesa entendeu que não poderia ser durante a Ordem do Dia e, sim, teria que ser antes da Ordem do Dia, apesar de eu discordar dessa orientação da Mesa.

Gostaria de perguntar a V.Exa. como V.Exa. responde a essa minha questão de ordem, para que eu possa...



**O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA** - Só fazer a contradita, para facilitar a resposta de V.Exa.

Em primeiro lugar, obviamente, há o dispositivo regimental cujos requerimentos têm que ser apresentados antes do início da Ordem do Dia, e V.Exa. já recebeu o artigo correto da assessoria e irá responder.

O segundo ponto, pondero ao nobre Deputado Vic Pires Franco que, mesmo que nós concordássemos, porque temos uma filosofia de não aprovar extrapauta para evitar uma proliferação e nunca apreciarmos a pauta, teria que ter votação nominal e não tem mais *quorum* presente para votação nominal, para poder fazer a inclusão extrapauta.

Então, eu entendo a importância do requerimento e faço um apelo ao Presidente que inclua na próxima reunião deliberativa o requerimento do Deputado Vic, que terá o nosso apoio.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcelo Castro) - É que eu iria propor a V.Exa., nobre Deputado Vic Pires, que na próxima pauta, da quarta-feira, eu incluiria o requerimento de V.Exa. como item da pauta, igualmente incluí, ontem à noite, o que V.Exa. havia pedido.

**O SR. DEPUTADO VIC PIRES FRANCO** - Estou atendido, apesar da sua perseguição implacável a minha pessoa nesta Comissão.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO** - É a síndrome da perseguição. Sr. Presidente, o Deputado Vic está com a síndrome da perseguição.

**O SR. DEPUTADO GUSTAVO FRUET** - Sr. Presidente. Sr. Presidente, um minuto só, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcelo Castro) - Eu tomo essa manifestação do Deputado Vic Pires como uma demonstração de afeto, de carinho pelo Presidente.

**O SR. DEPUTADO MARCO MAIA** - Lá no Rio Grande do Sul daríamos a sugestão de eles comprarem uma galinha para fazer uma galinhada (*ininteligível*).

*(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcelo Castro) - Tem a palavra, para formular uma questão de ordem, o nobre Deputado Gustavo Fruet.



**O SR. DEPUTADO GUSTAVO FRUET** - Sr. Presidente, com base nos arts. 58 da Constituição e 36, V, do nosso Regimento, peço a V.Exa. que, nos pedidos de informação que forem aprovados, estipule o prazo para o atendimento das providências e diligências solicitadas, sob pena de ficar interminável.

Então, se V.Exa. puder estabelecer 7 dias ou 15 dias, é evidente que vai se aceitar o retorno.

E a segunda sugestão é, insistindo e reiterando, como foram muitas convocações, pensar na alternativa de fazer os subgrupos e as visitas, preferencialmente, segunda e sexta, deixando terça, quarta e quinta para as sessões normais.

É isso, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Marcelo Castro) - E também vamos ter que nos reunir em grupo maior para decidir quais as pessoas que nós vamos convocar.

Então, feito isso, Sras. e Srs. Deputados, chegamos ao final da nossa reunião extremamente proveitosa, onde aprovamos 58 requerimentos, que se somam aos 53 já votados na outra quarta-feira. E assim estamos, a passos largos, de maneira célere, dando o rumo e o encaminhamento para os quais esta CPI foi traçada e que naturalmente a sociedade brasileira espera de nós.

Nada mais havendo a tratar, encerro a sessão, antes convocando sessão ordinária para oitava das testemunhas, amanhã, às 9h da manhã, nesta Comissão.

Encerrada a reunião.